

Crônicas Cooperativistas

Chegamos à terceira edição do nosso boletim com *Crônicas Cooperativistas*. Muito já foi escrito, mas ainda há bem mais a ser lembrado, registrado, analisado sob o olhar do presente, revivido.

Também pudera: em 2026 o Sicoob Credivertentes celebra 40 anos de fundação. Há, por um lado, muita tradição e força a serem celebrados. Mas há, ainda, casos e causos – sejam dos bastidores ou não – que esbarram em crenças antigas, esperanças futuras, lições mais que aprendidas. E acredite: tudo isso faz parte do negócio.

Página 3



(AINDA) SOBRE AS MULHERES DA FAZENDA RIO DO PEIXE

Quem chegar a esta chamada pode ter a sensação de um *déjà vu*. Mas a verdade é que, em Fevereiro, realmente abordamos a Fazenda Rio do Peixe e suas moradoras. Na pauta anterior, porém, o foco era mais contextual, dese-

nhando o cenário social e cotidiano das mulheres que residiam ali. Agora a perspectiva é outra, finalmente trazendo à tona as biografias de cada uma delas.

Página 6

De Papai Noel ao Quadrado de Sator

O colaborador Fábio Caputo traz suas crônicas mais uma vez para as páginas do nosso boletim. E desta vez aborda assuntos tão distintos quanto curiosos, quase conectando um bancário que também era Papai Noel a um super palíndromo bidimensional.

Página 4

Lá vem o Judas...

"No imaginário popular, Judas significa o ser desprezível em que recaem as culpas pelos males e sofrimentos do povo. Daí incidir a execração pública sobre qualquer pessoa de conduta incompatível com a comunidade, um político desonesto, um empresário inescrupuloso. Há, em algumas exposições de 'queima' do Judas, a ocorrência de pasquins em forma de versos, trovas ou mesmo discursos. Todos de teor sarcástico e crítico aos ali 'homenageados'".

Página 12

Semana Santa: fé, tradição e histórias

"À sombra das árvores, a fotografia antiga, além de guardar rostos, conserva um costume e uma tradição que atravessaram gerações em São Tiago. Nela estão retratados os figurados da Semana Santa: homens, mulheres e crianças vestidos como personagens bíblicos, com semblantes sérios e mãos postas, como quem compreende a grandeza do papel que carrega".

Página 16

PREÂMBULO

CASA MENTAL

O tear divino trabalha os mais preciosos fios, mãos recheadas de ciência, temperança, benevolência, disciplina, de forma a se tecer a veste espiritual. Fios resistentes, inquebrantáveis, com o selo divino, que suportam, tenazmente, os embates existenciais, os movimentos de nossa ascense evolutivo-estelar.

Assim, a busca cotidiana pela assertividade, autocontrole, afeto, empatia, gerenciamento, reorientação e ressignificação das emoções. Temos em mente que os pensamentos são entes psicológicos, agentes do comportamento humano, necessitando-nos, pois, o controle, seleção, o posicionamento dos frequentadores de nossa casa mental. Nossa conduta é reflexo de nosso mundo mental-espiritual, cujos sentimentos guiam-nos as ações e comportamentos. Trazemos, ainda que subjetivamente, cicatrizes de nossa infância evolutiva, cenários dos primeiros tempos de nossa jornada civilizatória, sentimentos e reflexões da ancestralidade com trajetórias de fiascos e vitórias. São gritos silenciosos, ardorosos de uma memória aparentemente soterrada, mas prenhe de arte, vitalidade, brechas esparzidas aos intervalos do tempo a eclodir sementes pulsantes, por onde a mente se expande continuamente, fluindo espaços, séculos avante.

Religiosos nos advertem, de há muito, quanto aos inimigos que abrigamos, cevamos internamente, dentre eles o egoísmo, deficiência corrosiva deterioradora de sentimentos, uma anomalia que remonta a eras primitivas e que devemos erradicar mediante a prática da generosidade, altruísmo, desprendimento. O deixar de nos empolgar com triunfos humanos, pois "nem tudo que parece luz vem de Deus" (II Co 11,14). O investimento em novos valores e ideias, novos posicionamentos onde se estampem/vigorem o talento, ética, decisão, coragem, cooperação.

Projetos de empreendedorismo pessoal e coletivo, de protagonismo universal, que transformam vidas, sociedades, investimentos e dinâmicas proativas a redistribuírem espaços existenciais, poder, performance rumo aos páramos da vida plena e da consciência divinizada. Como nos orienta São Tomás de Aquino: "Três coisas são necessárias para a salvação do homem: saber o que deve crer, o que deve querer, o que deve fazer. Crer em Deus, querer a vida eterna, fazer o bem"

Adivinhas/Charadas



- 1- Qual a peça de carro que é fabricada só no Egito?
- 2- O engenheiro olhou para o espelho, o que aconteceu?
- 3- Quem é a mãe do mingau?

Respostas: 1) Os "faraós"; 2) O engenheiro "civil"; 3) A "mãezona"

Provérbios e Adágios

- Ao médico e ao abade, fala-lhes sempre a verdade
- Quem cabras têm, cabritos vende
- A necessidade faz o sapo pular
- Marimbondo pequenino já mostra que tem ferrão
- Cavaloa calçado, dono apeado

Para refletir

PENSAMENTOS DE GIBRAN KHALIL

- As flores desabrocham para continuar a viver, pois reter é perecer
- Trabalho é amor tornado visível
- O amor não conhece sua própria intensidade até a hora da separação
- Cada vez mais o homem começa a dilatar o tempo que já não tem

TRINTA ANOS DA CONSOLIDAÇÃO DO PLANO REAL MATÉRIA PUBLICADA NO BOLETIM Nº CCXX – JANEIRO/2026 – RESSALVA:

O Plano Real foi elaborado durante o governo de Itamar Franco, que liderou uma equipe de grande competência técnica. Entre os principais nomes estavam Eliseu Resende e Paulo Haddad, ambos olivereiros, além de Rubens Ricupero, André Lara Resende, Ciro Gomes e outros colaboradores que contribuíram decisivamente para a construção do projeto.

À época, Fernando Henrique Cardoso exercia o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Posteriormente, assumiu o Ministério da Fazenda e tornou-se a face pública do Plano Real.

Em um gesto de grandeza política, Itamar Franco permitiu que Fernando Henrique assinasse o plano, o que acabou fortalecendo sua projeção nacional e abrindo caminho para

sua candidatura à Presidência da República.

Da mesma forma, Tasso Jereissati, então presidente do PSDB, também agiu com espírito de desprendimento e abnegação ao apoiar Fernando Henrique Cardoso como candidato à sucessão de Itamar, embora fosse considerado um nome natural dentro do partido para disputar a Presidência

Expediente



credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

O boletim é iniciativa independente, popular, voluntária. Assim, precisa do apoio de São Tiago e região; de pessoas comprometidas com o desenvolvimento e a preservação da memória coletiva. Contribua conosco! Somando esforços, multiplicamos Cultura e Tradição.

Comissão: Adriana Martins, Elisa Coelho, Fabiana Diéle
Coordenação: Ana Clara de Paula
Redação: João Pinto de Oliveira
Colaboração: IHG – São Tiago
Apoio: Fernanda Cristina de Sousa
Revisão: Fábio Caputo e Sandra Caputo
Jornalista Responsável: Marcus Santiago (MTB 19.262/MG)

No Sicoob Credivertentes é bem conhecida a história do “homem engravatado”. Mas tão notória quanto esse caso é a percepção de que nos primórdios da nossa Cooperativa – fundada numa cidade pequena e interiorana – houve lá algumas tentativas de intimidação institucional.

Em fins dos anos 1980 e já exausta de tanto aguardar uma resposta ao seu pedido de funcionamento, nossa casa se uniu a outras sete do mesmo setor que, também ignoradas pelo alto escalão do mercado, amargavam o mesmo silêncio há mais de 60 dias (prazo máximo previsto pela Lei nº 5.764/71).

Importante frisar que, naquele contexto, abrir as portas era um protesto coletivo, mas não um crime ou uma subversão legal. Até porque todas as cooperativas envolvidas no protesto estavam integralmente respaldadas por competentes registros na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg) e na própria Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg). Isso sem falar, claro, em convênio operacional junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)

E lá fomos nós prestar serviços creditícios enquanto incluíamos uma comunidade inteira no mercado financeiro. Sim, a utopia (ou loucura, para alguns) se tornava realidade. Mas eis que certa tarde, ao final de 1987, nossa agência foi “visitada” por um cidadão de terno dizendo-se funcionário do Banco Central. Não demorou para que requisitasse, rudemente, nossa Autorização de Funcionamento.

O local estava lotado de associados – todos orgulhosos contar com uma instituição da terra. Tudo sob o olhar cuidadoso do então vice-presidente na nossa Cooperativa, Senhor Raul Mata.

Mas voltemos ao “visitante”: informado de que o estabelecimento operava consoante instruções superiores e embasamentos jurídicos, o cidadão declarou em alto e bom som que a agência seria fechada. Chegou até a deixar termo de interdição pregado à porta e nos caixas enquanto pedia aos presentes que desocupassem o recinto.

Acontece que nesse momento foi confrontado pelo vice-presidente acompanhado, ainda, de associados indignados com tanto abuso e truculência.

Percebendo o clima, o cidadão afastou-se do local e foi embora. Enquanto isso, nossa Diretoria se reuniu e decidiu por manter as portas abertas. Tudo com base no devido assessoramento jurídico e protocolando novo recurso às instituições superiores que seguiram sem se manifestar. Aparentemente, o pequeno e interiorano não interessava ao “grande mercado” – mas fez e faz a diferença nele.

Solidariedade incompreendida

Solidariedade incompreendida

“Freud explica” que a solidariedade é uma manifestação direta da “pulsão de vida” – afinal, com ela estabelecemos laços sociais, unimos pessoas, conectamos realidades. Ao mesmo tempo, há quem diga que a América Latina tem o povo mais empático do globo – e isso faz do nosso chão uma terra mais que fértil para o Cooperativismo.

Sempre o foi. E celebrar os 40 anos do Sicoob Credivertentes prova justamente isso. Por outro lado, a História também registra seus “poréns” com lições importantes.

Um deles fica ali, na herança de vícios colonialistas baseados em vantagens de uns (poucos, a começar por altas autoridades) sobre os outros. É bem provável, inclusive, que isso explique a dificuldade de alguns em lidar com instituições de cunho mutualista, solidário, humanista.

Ao mesmo tempo, nos alerta para o fato de que mesmo os bons sistemas precisaram lidar com deturpadores aqui e acolá. Em 40 anos circulando pelo mercado, encontrando outros dirigentes e conhecendo centenas de trajetórias, ouvi diferentes relatos sobre isso: sobre aqueles que quiseram auferir vantagens personalistas e individualistas em vez contribuir para o bem comum; sobre interesses próprios lesando o propósito cooperativo, inclusivo, coletivo.

O resultado? Deturpações que chegaram a ser fatais para algumas instituições, infelizmente liquidadas.

Também pudera. Em certa cooperativa de produção, por exemplo, associados aprovaram carência de 30 dias para o pagamento de débitos – em geral relacionados à aquisição de rações, adubos, etc. A inflação por aqueles tempos, no entanto, batia a taxa de 60% ao mês!

Ora, era previsível ter, como consequência, uma descapitalização assombrosa. Afinal, se quitada uma compra no prazo de 30 dias, a cooperativa recebia apenas 40% do devido. Com tamanha defasagem, como repor materiais e manter estoques?

Houve mais: naqueles tempos, a média dos pagamentos acabavam ultrapassando em muito os prazos estipulados. Sim, em geral os associados demoravam 100 dias para quitarem débitos. Iam “enrolando”, acertando em parcelas, comprando mais... corroendo o poder aquisitivo da pobre cooperativa.

Entendeu-se, então, algo que o Sicoob Credivertentes sempre soube (e por isso segue firme, numa trajetória de quatro décadas): governança, responsabilidade, ética e profissionalismo são ingredientes indispensáveis ao Cooperativismo em qualquer setor, com qualquer alcance, em instituições de qualquer tamanho.

A solidariedade, nobre e pura, também.

TADEU, NOEL E O GERALDO

Por Fabio Antônio Caputo
Membro do IHGST

Geraldo Tadeu de Oliveira é filho de São Pedro da Carapuça e do simpático casal Dona Nitinha e Seu Chico Luiz. Dona Nitinha era uma clara representação de Mãe, do semblante aos movimentos calmos. Seu Chico Luiz era um senhor sério e austero sem ser intimidante, muito magro, esguio e enxuto (seu filho Vander conta que quase não bebia água).

Geraldo Tadeu sempre foi chamado de Tadeu, seja no ambiente familiar por pais, irmãos e parentes, na escola e por seus amigos. É como se a persona Tadeu impedisse definitivamente a existência de Geraldo. Segredo bem guardado, conhecido por poucos privilegiados. Sem nenhum rubor ou vergonha própria conta uma história que beira o constrangimento curtido a risos. De certa vez estava ele numa repartição pública para obter carteira de identidade, nas mãos de um costumeiro atendimento ruim de doer, junto com várias pessoas numa interminável fila de espera aguardando um funcionário anunciar o seu nome. O tempo é longo, exasperante, as pessoas ficam impacientes, nervosas e com raiva. O responsável gritou o nome para o próximo atendimento: “- Geraldo!”. Nada! Ninguém responde! Gritou outra vez, e nada ainda! Tadeu se levanta após a terceira tentativa falha, esbravejando com argumentos irados contra aquele que atrapalhou e atrasava o processo. Pede para que seja lido o nome completo da pessoa da vez: “- Geraldo Tadeu de Oliveira”. Ao reconhecer que era ele mesmo o distraído culpado ganhou uma sonora vaia dos outros presentes e uma boa história para o futuro.

A descrição geral de uma família pode dizer muito a respeito de cada indivíduo que a compõe. Todos da família do Senhor



Chico Luiz e Dona Nitinha são gentis, de trato fácil e caráter amigo. Depois de morarem no Bairro Cruzeiro se estabeleceram em um sobrado no Largo, quase de frente para a sacristia. Era uma casa aberta para uma cambada de amigos dos vários filhos, recebendo a todos com simpatia e paciência. Um bom lar para o surgimento de um futuro Papai Noel.

Depois de uma sólida carreira no Banco do Brasil, pulando daqui para ali em várias cidades do Estado de Minas Gerais, voltou para São Tiago para cuidar de fazenda. Inesperadamente ganhou uma atividade bônus: ser Papai Noel em eventos para crianças, principalmente distribuir presentes para a meninada. Um dia alguém precisou de um Papai Noel urgente, e ele se pôs a disposição, foi aceito e parece que foi aprovado e gostou. Ele é bem

requisitado e tem prestígio na comunidade natalina e agenda concorrida. Durante a última tradicional e anual distribuição de presentes em Carapuça, a sua terra natal, patrocinada pelo Rotary Clube e a Casa da Amizade de São Tiago, entrou no vilarejo de pé sobre uma camionete no meio de uma pequena carreta enfeitada com balões e movida a toque de buzina e música. Todo pomposo.

Um dia Tadeu resolveu cultivar uma barba e foi por toda a vida. Agora a barba é um acessório importante do personagem natalino, além de opção estética. Ele a deixa crescer no segundo semestre para que no Natal a fantasia esteja apropriada e convincente. No primeiro semestre a mantém aparada para melhorar a aparência. Talvez! Um ator de Papai Noel convencional usa barba postiça, de praxe. De vez em quando uma criança pede para puxar a barba, ou mesmo puxa sem pedir, tentando verificar se ela é de verdade ou não. Os concorrentes de barba falsa que se roam e lamentem.

O QUADRADO DE SATOR

Por Fabio Antônio Caputo

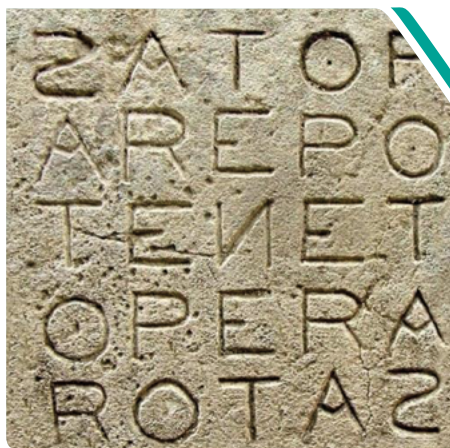
Palíndromo. A definição dessa interessante entidade é simples: Palíndromos são estruturas como palavras, datas, frases, números ou códigos em sequência de caracteres, letras, algarismos ou símbolos, ou combinações destes, cuja leitura seja a mesma nos dois sentidos ou, de frente para trás ou de trás para frente.

Os Palíndromos simples são como “ama”, “ovo”, “arara”, “sopapos”, “10101”, “1234321”, “A7X7A”, “20/02/2002” e “+ΔγΔ+”. No Português o maior verbete Palíndromo é “omissíssimo”, que realça o que é omissis e negligente.

Os Palíndromos em forma de frases podem ser tolerantes. Sendo tolerantes são desconsiderados acentos, maiúsculas e minúsculas, pontuação e espaço entre palavras, assim como “a cara rajada da jararaca”, “a grama é amarga”, “anotaram a data da maratona”, “Missa é assim!”, “A mãe te ama!”, “Ajudem Edu, já”, etc. Ao criar um bom Palíndromo vale jogar fora o sentido e a lógica, como em “A dama admirou o rim da amada”, “O romano acata amores a damas amadas e Roma ataca o namoro” e “seco de raiva, coloco no colo caviar e doces”!

Pode não ser a maior, mas a frase longa Palíndromo mais famosa é “Socorram-me, subi no ônibus em Marrocos.”

O Quadrado de Sator é um super Palíndromo bidimensional e quádruplo montado sobre uma matriz de 5X5, como um quadrado mágico. Gravado em pedra, escrito em livros, papiros, placas de argila ou aplicado em amuletos, espalhado em portas, pare-



des e monumentos, uma de suas mais antigas versões foi encontrada sob as cinzas do Vesúvio em 79 D.C., aparecendo significativamente em serviços arqueológicos pela Europa. Ele é composto pelas palavras SATOR, AREPO, TENET, OPERA e ROTAS e pode ser lido da esquerda para a direita, da direita para a esquerda, de cima para baixo e de baixo para cima com os mesmos resultados. Não existem certezas, somente conjecturas, sobre sua origem e significado e seu status é de enigma não resolvido.

Os significados básicos das cinco palavras são: SATOR, semeador, criador; TENET, manter, sustentar; OPERA, cuidar, trabalhar; ROTAS, fazer girar; AREPO, é algo misterioso pois não aparece na língua latina e supõe-se que seja um nome próprio. A primeira sugestão de tradução é tosca: “O fazendeiro Arepo guia as rodas com destreza”. Usando outros contextos e escolhendo um ponto de vista apropriado chega-se até a uma versão metafísica de liberdade poética: “O semeador (Deus) segura sua obra (criação) na sua mão”. Ainda assim é precário assegurar o seu real sentido.

Existem divergências sobre ser esse quadrado um símbolo cristão. Um trabalho sofisticado de anagrama transforma as cinco palavras em uma cruz de PATERNOSTER (Pai Nosso) em ambos os sentidos, acompanhados de uma dupla e A e O (Alfa e Ômega). Os 150 anos de estudos acadêmicos já gastos na resolução do problema certamente parecem poucos.

A HISTÓRIA DO FUMAL E DA FAZENDA DO CRIMINOSO

**Por Fernando de Castro Campos – Membro do IHGST
Fernando José de Castro**

A história do Fumal é longa, complexa e marcada por acontecimentos que atravessam gerações, misturando memória familiar, mistério e a dura realidade do passado rural da região de Capelinha, atualmente distrito de Mercês de Água Limpa.

Tudo começa com uma antiga propriedade conhecida, desde tempos remotos, como a “Fazenda do Criminoso”. Seu proprietário era um homem chamado Zizias, conhecido por muitos apenas como Zizi. A fazenda já carregava esse nome antes mesmo das histórias que se tornariam conhecidas, o que indicava uma fama antiga e nada honrosa.

Zizias tinha apenas uma filha, que se casou com um homem chamado José Higino, mais conhecido como Zé Gino. Como parte do acordo familiar, Zizi permitiu que a filha e o genro desfrutassem de metade da fazenda, uma área específica em uma região de terras férteis, com uma grande plantação de fumo e um enorme chalé, conhecido como Chalé do Fumal.

Esse chalé foi doado por Zizi ao genro, Zé Gino, para que ele e a esposa pudessem utilizá-lo durante o dia. Zé Gino passava longas jornadas trabalhando no Fumal, supervisionando muitos empregados da lavoura de fumo. À noite, retornava para a Fazenda do Criminoso, onde morava com o sogro e a esposa, já que os pais dela eram idosos e precisavam de cuidados constantes.

Próximo ao Chalé do Fumal morava um pequeno sitiante chamado João Pedro, dono de um terreno modesto, de aproximadamente dois a três hectares. Ele tinha uma filha chamada Benedita, uma jovem simples. Zé Gino combinou com João Pedro que Benedita trabalharia no chalé, cuidando da limpeza e preparando as refeições, o que evitava que ele precisasse levar marmitta, algo comum na época. Benedita era dedicada, mantinha o local sempre limpo e organizado. Já que, Zé Gino tinha muitos empregados trabalhando na área do fumo, assim a tarde ele fechava o chalé montava no cavalo e voltava para Fazenda Criminoso.

Com o tempo, Zé Gino começou a notar que a jovem estava pálida, com tonturas e sinais de fraqueza. Disse então a João Pedro que acreditava que Benedita precisava de cuidados médicos mais sérios. Propôs levá-la até São João del-Rei, cidade grande para os padrões da época, para consultar com um médico e não apenas com o farmacêutico local. Garantiu que faria isso por respeito e consideração, afirmando que a moça merecia o melhor tratamento possível.

Apesar da fama de mulherengo, Zé Gino fez questão de assegurar a João Pedro que era respeitador com sua filha. Convinco, o pai autorizou a viagem. Benedita arrumou uma mala, daquelas antigas, que foram colocadas numa charrete puxada a cavalo. Eles seguiram até a estação de Nazareno e, dali, tomaram o rumo a São João del-Rei. Essa foi a última vez que alguém os viu, não se sabe exatamente se Benedita estava doente, ou se eles tiveram um relacionamento e ela estava grávida.

Os dias passaram. Depois, semanas, meses. Nunca mais houve notícia de Zé Gino nem de Benedita. Eles simplesmente desapareceram. Não mandaram recado, não retornaram, não deram qualquer explicação. O silêncio se prolongou por anos.

Diante do desaparecimento do marido, a esposa de Zé Gino, filha de Zizi, viu-se sem condições de manter o Chalé do Fumal e a lavoura. Decidiu então vender a propriedade. Foi nesse momento que Zé Olímpio com o apoio financeiro de seu pai, Olímpio de Castro, comprou o chalé e as terras. O que antes era apenas um grande chalé, ele transformou em uma fazenda estruturada, dando início à Fazenda do Fumal como ela passou a ser conhecida.

O João Pedro, profundamente abalado com o desaparecimento da filha, acabou também vendendo seu pequeno pedaço de terra, cerca de três hectares, para Zé Olímpio. Seus outros filhos haviam ido para o Rio de Janeiro anos antes, e foi com o incentivo deles que ele tomou essa decisão. A antiga casinha de João Pedro passou a integrar definitivamente as terras do Fumal.

Com o tempo, os antigos donos da Fazenda do Criminoso, Zizi e sua esposa, faleceram. Restou apenas a filha, que era casada com Zé Gino. Sem herdeiros e querendo se livrar da propriedade, ela procurou Zé Olímpio e ofereceu a fazenda à venda. Já não era tempo de escravidão oficialmente, por volta da década de 1940, mas na região ainda havia práticas herdadas desse sistema, sem fiscalização efetiva.

A sede da fazenda era grande, feita de pau a pique, mas possuía estruturas valiosas: um excelente ralo de polvilho com tanque, um moinho de fubá enorme, cuja pedra era considerada a segunda maior da região. Zé Olímpio acabou comprando tudo, praticamente de “porteira fechada”, por um preço muito baixo, pois a proprietária queria ir embora o quanto antes.

Ao entrar na casa pela primeira vez, veio o choque maior. Havia um cômodo minúsculo, cerca de um metro por um metro e meio, feito de bambu e barro. As paredes estavam enegrecidas e aveludadas de sangue seco, impregnadas ao longo do tempo. Havia um tronco, e buracos na parede onde os escravizados eram obrigados a colocar os braços para serem presos, açoitados e, muitas vezes, mortos. O chão, as paredes e até o teto, feito de taquara, estavam marcados por sangue antigo, formando uma cena aterradora.

Zé Olímpio ordenou imediatamente a demolição daquele cômodo, a limpeza completa da casa e da fazenda, numa tentativa de apagar aquele passado brutal. Em seguida, perguntou se alguém teria coragem de morar ali. Um empregado de extrema confiança, conhecido como Diamante, aceitou, ótimo morar numa fazenda. Recém-casado, mudou-se para a fazenda e ali viveu por muitos anos.

Essa foi a trajetória da Fazenda do Criminoso, incorporada ao patrimônio de Zé Olímpio e marcada por histórias de violência, desaparecimentos e transformações. Anos depois, com a morte de Zé Olímpio, a propriedade passou por novas divisões familiares. Passando para seu filho Olímpio de Castro Neto, mais conhecido como “Pico”. A antiga sede já não existe mais, Pico passou a fazenda para seu filho Anderson, hoje demolida, restando apenas o alicerce e a memória, onde construíram uma nova casa a cem metros acima, ficando acima da estrada.

A antiga casa ficava cerca de 80 metros da escola da localidade da “Manteiga”, à direita de quem olha da divisa, abaixo da estrada. Permanecendo atualmente as histórias, contadas de um lugar que carrega em sua terra as marcas profundas do passado.



Fazenda Fumal em Mercês de Água Limpa

MULHERES DA FAZENDA RIO DO PEIXE – INÍCIOS DO SÉCULO XIX

2ª PARTE

1ª Parte – publicada na edição de fevereiro, nº CCXXI, tratamos da condição da mulher à época (inícios do séc. XIX) na província e em nosso meio e mais especificamente sobre os Goes e Lara e a presença de mulheres do clã, residentes e/ou coproprietárias na Fazenda Rio do Peixe.

Nesta 2ª parte, apresentamos a biografia das mesmas, a saber:
Antonia Maria de Almeida Lara;
Ignácia da Rosa Lara e Silva;
Ana Joaquina de Proença Goes e Lara.
Joaquina de Proença Góes e Lara

I – ANTONIA MARIA DE ALMEIDA LARA

D^a Antonia Maria de Almeida nasceu aos 24-03-1791, batizada aos 04-04 do mesmo ano na capela da Lage (Resende Costa), filha do Cap. Joaquim Pinto de Góes e Lara (1760-1835) e D^a Ana de Almeida e Silva (1757-1830), sendo padrinhos o Cap. Elias Antonio da Silva e s/m Ana de Jesus, da freguesia de Prados. Casou aos 29-07-1825 na Ermida da Fazenda Ribeirão de Santo Antonio com seu primo o Alferes José Jacinto Rodrigues Lara, nascido em Santo Antonio do Amparo por volta de 1788, filho de José Rodrigues do Souto, natural da freguesia de São Miguel do Souto, bispado do Porto, filho este, por sua vez, de Manoel Antonio e Antonia Francisca e de D^a Maria de Lara de Proença e Góes, batizada na capela do Mosquito (Cel. Xavier Chaves), filha de Manoel de Araújo Sampaio e Joana de Almeida Góes. José Rodrigues do Souto ditou seu testamento em 1793 e D^a Maria de Lara de Proença o fez aos 27-11-1811 em Bom Sucesso.⁽¹⁾ Casal D^a Antonia Maria de Almeida Lara e Alferes José Jacinto Rodrigues Lara com 3 filhos:

1.1 Joaquim Pinto Rodrigues Góes e Lara (1826-21/05/1906) c/c sua prima Maria José de Resende Lara (1828-15/05/1891), filha do Cap. Antonio Pinto Góes e Lara e D^a Mafalda Cândida de Resende Alvim. O casal Joaquim Pinto Rodrigues Góes e Lara e D^a Maria José de Resende Lara daria origem ao ramo “Lara Resende/Resende Lara” em nosso meio.

1.2 Francisco de Paula Pinto Rodrigues Lara c/c sua prima Francisca Cândida de Resende (1895/ 27-07-1873) com 36 anos (1830) filha do Cap. Antonio Pinto Góes e Lara e D^a Mafalda Cândida de Resende.

1.3 José Jacinto Rodrigues Lara c/c D^a Maria Luiza Campos Lara, filha do Cap. João Luiz de Campos e D^a Rita Virgínia de Melo, dando origem ao ramo Campos Lara de nosso meio.

O Alferes José Jacinto adquiriu a propriedade – Fazenda do Rio do Peixe – provavelmente de João Cardoso Osório, em compartilhamento (consórcio familiar) com as primas Ignácia da Rosa de Lara e Silva e Joaquina de Proença Góes e Lara (1764-29/12/1835). A sociedade seria extinta, segundo consta, quando do falecimento de D^a Ignácia da Rosa (1828) e D^a Joaquina de Proença (1835) com a aquisição das partes remanescentes pelo Alf. José Jacinto⁽²⁾.

D^a Antonia Maria de Almeida Lara faleceu aos 11-12-1861 e Alferes José Jacinto Rodrigues Lara falecera aos 18-01-1855, sepultados em Resende Costa. No inventário constam vastos bens: casas no arraial de São Tiago – 1:200\$000; casas pequenas também em São Tiago – 210\$000; Fazenda Cachoeira com 81 alqueires de matas, capoeiras e 114 alqueires de cultura – 6:600\$000; Fazenda Rio do Peixe – 27:840\$000; benfeitorias na Fazenda Rio do Peixe – 6:100\$000; Monte-mór 112:230\$000 (Cx. 134 – ano 1862 – IPHAN/SJDR).

Com o falecimento do Alf. José Jacinto Rodrigues (1855), a fazenda Rio do Peixe passaria a seu filho primogênito, o Alf. Joaquim Pinto Rodrigues Góes e Lara (1826-1906), c/c Maria Jose de Resende Lara (1828-1891) e vendida em 1879 ao Cel. Antonio Carlos de Oliveira (1840-1910), c/c D^a Ignácia Cassiana da Cunha (1842-1899)⁽³⁾ oriundos de Conceição do Ibitipoca.

Em 1910, a fazenda passaria a D^a Maria José de Oliveira (Zeca), filha caçula do Cel. Antonio Carlos e D^a Ignácia Cassiana da Cunha, casada com Aristides Batista Gomes. Propriedade vendida em 1930 ao Major Marcos de Oliveira Braga (1874-1951), por este doada à sua filha Abigail Oliveira Resende (1910-1994) casada com seu

primo Antonio Pinto de Oliveira (1905-1987) ambos descendentes/membros do clã Góes e Lara, retornando, assim, a propriedade ao grupo familiar⁽⁴⁾, situação que persiste até os dias atuais. Atual proprietário, Dr. Messias José Pinto de Oliveira, médico veterinário, filho do casal Antonio Pinto e Abigail, c/c a sra. Ângela Mata e Oliveira. Antiga sede demolida acerca de quatro décadas.

NOTAS

(1) Filhos do casal José Rodrigues do Souto e Maria de Lara de Proença e Góes: CONFERIR.

I- Joana Felicia de Lara nascida por volta de 1776, casou aos 02-10-1793 em São Miguel do Cajuru (SJDR) com o Cap. Felisberto Ribeiro da Silva, filho de Antonio Ribeiro da Silva e Genoveva da Trindade Barbosa.

II- sou aos 29-07-1825 na Ermida do Cap. Joaquim Pinto com sua prima Antonia Maria de Almeida Lara, nascida aos 24-03-1791 e batizada aos 04-04 do mesmo ano na Capela da Lage (Resende Costa), filha do Cap. Joaquim Pinto de Góes e Lara e D^a Antonia de Almeida e Silva.



Imagem criada por IA



III- João Felisberto (Francisco) Rodrigues Lara, batizado em Santo Antonio do Amparo aos 28-03-1781.

IV- Ana Joaquina (Rodrigues) de Proença e Lara, batizada aos 13-01-1780 em Santo Antonio do Amparo. Faleceu aos 08-01-1839 na Fazenda do Rio do Peixe em Resende Costa. Sepultada em Resende Costa.

V- Antonio Jacinto Rodrigues Lara batizado em Santo Antonio do Amparo aos 29-01-1786.

VI- Leandro Rodrigues de Proença Lara, batizado em Santo Antonio do Amparo aos 03-02-1787, c/c Ana Zeferino Ribeiro, moradores em Carrancas.

VII- Maria Micaela de Proença Lara, batizada em Bom Sucesso aos 13-04-1782.

VIII- Teodora de Proença Lara, batizada em Santo Antonio do Amparo aos 21-08-1789; c/c o Ten. João Lourenço de Melo, filho de João Gonçalves de Melo e Ana Rodrigues de Faria. D^a Teodora de Proença faleceu em Santo Antonio do Amparo aos 20-05-1827.

IX- Francisco de Paula Rodrigues Lara nascido por volta de 1784, falecido aos 31-01-1801, sepultado no interior da Matriz de Bom Sucesso.

(Informações/pesquisas do historiador Vinicius da Mata Oliveira, a quem muito agradecemos)

(2) Em seu testamento, datado de 04-07-1827 na Fazenda do Pomboal, D^a Joaquina de Proença determinou que “dos remanescentes de minha terça, instituo por minha herdeira a minha filha Francisca de Cássia Lara dos Santos (...) terras da paragem chamada Retiro do Campo de São Tiago...” (Testamento/Inventário de Joaquina de Proença Góes e Lara – 1827/1835 – Cx. 172 – IPHAN/SJDR)

(3) D^a Ignácia Cassiana da Cunha nasceu aos 10-02-1844, batizada aos 08 de abril do mesmo ano na capela de Conceição do Ibitipoca, filha do Ten Cel Francisco Rodrigues da Cunha e Ana Olina Olóia de São José. Casou com seu primo, o Cel Antonio Carlos de Oliveira, batizado na capela de Conceição de Ibitipoca aos 21-05-1840.

Cel Antonio Carlos faleceu aos 07-08-1910 e D^a Ignácia Cassiana aos 04-01-1899, ambos sepultados no cemitério de São Tiago.

(4) D^a Abigail Resende era sobrinha-bisneta de D^a Antonia Maria de Almeida Lara. Seu bisavô, Cap. Felisberto Pinto de Almeida Lara (1793-1842) era irmão de D^a Antonia Maria, filhos ambos do Cap. Joaquim Pinto de Góes e Lara (1760-1835) e D^a Ana de Almeida e Silva (1757-1830).

II – IGNÁCIA DA ROSA LARA E SILVA

Natural da Lage (Resende Costa) era filha do Dr. João Antonio da Silva Leão, e de D. Ana de Araujo Proença Lara e Góes.⁽¹⁾ Ditou seu testamento na Fazenda do Rio do Peixe aos 14-12-1827, aberto aos 23-01-1828, data de seu falecimento, nomeando como testamenteiros em 1^o lugar seu primo o Alf. João Felisberto Rodrigues Lara, (seu inventariante) em 2^o lugar o Ten. Jerônimo da Costa Guimarães e em 3^o o primo José Jacinto Rodrigues Lara (cujas mães eram irmãs), deixando ainda legados para vários afilhados e familiares. Faleceu aos 23-01-1828 na Fazenda do Rio do Peixe, aplicação de Nossa Senhora da Penha da França do arraial da Lage; solteira, instituiu como único herdeiro a Francisco Ferreira de Assis, então com 12 anos, filho do Cap. Joaquim Teixeira Carneiro. Sepultada na igreja matriz da Lage (Resende Costa).

Deixou vários legados a familiares, afilhados, conforme registro testamentário.

Bens de raiz: Parte da Fazenda do Rio do Peixe em sociedade com o Alferes José Jacinto Rodrigues Lara e com D^a Joaquina de Proença Góes e Lara.

(Fonte: IPHAN/SJDR – Inventário de Ignácia da Rosa Lara e Silva – 1828 – cx. 440, fls 34).

Segundo a oralidade familiar, a divisão de bens entre os condôminos (Sgt. José Jacinto, Joaquina de Proença e o herdeiro de Ignácia da Rosa) foi muito tumultuada, com discriminação, item a item, de cada bem, incluindo separação traumática de filhos menores e mães cativas, gerando dolorosos quadros familiares.

Curiosidade familiar: D^a Ignácia da Rosa foi madrinha de batismo de Pe. Dâmaso Pinto de Almeida Lara (1802-1879), cerimônia realizada aos 30-06-1802.

NOTAS

(1) O Dr. João Antonio da Silva Leão, advogado, era natural da freguesia de Bartolomeu, Vila Rica, filho de João da Silva Leão, português da freguesia de Campanha, cidade e bispado do Porto e de Inácia da Rosa Vieira, natural da freguesia da Candelária (RJ) (família José Vieira Machado)

D^a Ana de Araujo Proença Lara e Góes era filha de Manoel de Araujo

Sampaio, n. e b. na freguesia de Nossa Senhora da Expectação, cidade de Santa Maria do Emmy, comarca de Chaves, arcebispado de Braga, filho de Gonçalo de Araújo e Ana Luiz, naturais de Santa Maria do Emmy, termo de Chaves, arcebispado de Braga e de D^a Joana de Almeida Góes, natural da freguesia de São Paulo/SP, filha de José de Góes Paes Cardoso e D^a Maria de Almeida Lara.

D^a Ignacia Rosa tinha outra irmã, Maria, batizada aos 02-03-1771 na capela do Mato Dentro, filial da matriz de São José Del-Rei, sendo padrinhos o Cel. Francisco de Mendonça e Sá e D^a Maria de Lara e Góes. (Genealogia Paulistana – Joana de Almeida e Góes).

III- ANA JOAQUINA DE PROENÇA E LARA – FAZENDA RIO DO PEIXE

D^a Ana Joaquina de Proença e Lara ditou seu testamento em data de 01 de outubro de 1834 na Fazenda Rio do Peixe, com redação de Pe. Dâmaso Pinto de Almeida Lara. Testamento, num total de 138 fls. aprovado em data de 19 de outubro de 1834 no “arraial de São Tiago em casas de morada de José Rufino de Araújo”.

D^a Ana Joaquina declarou ser solteira, residente neste termo do Rio do Peixe, natural de Santo Antonio do Amparo, onde foi batizada aos 13-01-1780, filha de José Rodrigues do Souto⁽¹⁾ e D^a Maria de Lara Proença e Góes⁽²⁾, não tendo filhos nem pais, estes já falecidos. Instituiu como testamenteiros em 1^o lugar seu irmão José Jacinto Rodrigues Lara, em 2^o seu irmão João Felisberto Rodrigues Lara, em 3^o o Sargento-Mór Matheus Furtado de Mendonça⁽³⁾ e em 4^o seu primo Gervásio Gonçalves Lara⁽⁴⁾. Os bens remanescentes “depois de cumpridos todos os meus legados deixo ao primeiro testamenteiro e irmão José Jacinto Rodrigues Lara”.

D^a Ana Joaquina é mencionada no testamento do pai (1789) mas, estranhamente, não aparece no testamento da mãe (1811).

Deixou vários pedidos de celebração de missas em prol de familiares, bem como instruções sobre alforria de alguns de seus escravos e ainda determinações quanto a distribuição de donativos a familiares e capelas. Dentre os beneficiados, por curiosidade, registramos a doação de “duzentos mil réis para se repartirem pelos familiares solteiros de Vicente Coelho, morador em São Tiago”.

D^a Ana Joaquina de Proença e Lara faleceu na Fazenda Rio do Peixe aos 08-01-1839, sepultada na freguesia da Lage (Resende Costa).

(Testamento de D^a Ana Joaquina de Proença e Lara – 1834/1839 – Cx. 01 – Livro de Testamentos n. 03 – IPHAN/SJDR).

NOTAS

(1) José Rodrigues do Souto, natural de São Miguel do Souto, bispado do Porto, filho de Manoel Antonio e Antonia Francisca. Casado com D^a Maria de Lara Proença e Góes, tendo o casal os filhos: Joana, José Jacinto, Francisco, Ana Joaquina, João Felisberto, Antonio, Maria Micaela, Leandro, Teodora.

(Testamento de José Rodrigues do Souto – Ano 1793 – Cx. 135 – IPHAN/SJDR)

(2) D^a Maria de Lara Proença e Góes faleceu aos 04-11-1814. Ditou seu testamento em data de 27-11-1811 na Fazenda da Portaria, aplicação de Nossa Senhora de Bom Sucesso, freguesia da vila de São João Del-Rei. Declarou ser natural da aplicação da capela da Lage (Resende Costa), batizada na capela de Nossa Senhora da Conceição do Mosquito (Cel. Xavier Chaves), freguesia da vila de São José, filha de Manoel de Araujo Sampaio e Joana de Almeida Góes.

Seu pai, Manoel de Araújo Sampaio era filho de Gonçalo de Araújo e Ana Luiz, naturais da freguesia de Santa Maria de Emmy, termo da vila de Chaves, arcebispado de Braga. Sua mãe, Joana de Almeida Góes era filha de José de Góes Cardoso e Maria de Almeida, naturais de São Paulo. Manoel de Araujo Sampaio e Joana de Almeida Góes foram moradores da Lage, termo da vila de São José e já eram falecidos em 1816. Filhos deste casal: I – Manoel de Araújo Sampaio, homônimo paterno, natural da Lage, c/c Micaela Maria Gonçalves de Araújo, filha de Manoel Gonçalves de Araújo e Teresa de Jesus Góes (família Góes-Avintes) Foram proprietários da Fazenda da Galga/Rochedo (Micaela) em Resende Costa. II – Ana de Proença Lara e Góes c/c o Dr. João Antonio Silva Leão, natural de Vila Rica, filho de João da Silva Leão, natural de Campanha, bispado do Porto e Inácia da Rosa Vieira, natural da freguesia da Candelária/RJ (família José Vieira Machado) Pais de Maria, batizada aos 02-03-1771 na capela do Mato Dentro e de Ignácia Rosa Lara e Silva. Solteira, D^a Ignácia Rosa ditou seu testamento aos 14-12-1827, legando seus bens a Francisco Ferreira de Assis; faleceu aos 24-01-1828 na Fazenda Rio do Peixe, sepultada na Lage (Resende Costa). III – Maria de Lara Proença e Góes c/c José Ro-

drigues do Souto, tendo o casal 8 filhos: José Jacinto, João Felisberto, Antonio Jacinto Rodrigues Lara, Leandro Rodrigues Lara, Ana Joaquina, Maria Micaela, Teodora de Proença (esta c/c Ten João Lourenço de Melo) e Joana Felicia c/c Cap. Felisberto Ribeiro da Silva, de cujo consórcio houve os filhos Vicente e Ana Felicia).

D^a Maria de Lara Proença nomeou como testamenteiros em 1^o lugar seus filhos Antonio Jacinto Rodrigues Lara e Leandro Rodrigues Lara “ambos em um corpo”, em 2^o o genro Cap. Felisberto Ribeiro da Silva e em 3^o a filha Maria Micaela, deixando inúmeras instruções/deliberações sobre distribuição de seus bens (gado, escravos, safras), celebrações de missas, doações etc. (Testamento de Maria de Lara Proença e Góes – Cx. 01, Livro de Testamentos n. 19 – 1814 – IPHAN/SJDR); IV. Francisca Felisberta de Proença, batizada na capela da Lage aos 18-02-1754, sendo padrinho José Luiz Cardoso; c/c Inácio Ribeiro da Silva, filho do Alf. Antonio Ribeiro da Silva e Antonia Maria de Almeida, patriarcas da família “Ribeiro da Silva”.

(3) Cap. e Comendador Matheus Furtado de Mendonça, uma das figuras mais relevantes da história regional, era natural da freguesia de São Mateus da Ribeirinha, Ilha do Faial, bispado de Angra, onde nasceu em 1789, filho de Antonio Furtado de Mendonça (1759-...) e Catarina Tomásia de Jesus. O Cap. Matheus Furtado casou-se três vezes: em 1^{as} nupcias com Francisca Maria de Lara, filha de João Gonçalves de Góes e Lara e Josefa Maria Francisca de Faria, com quem teve 6 filhos (Antonio, Maria Luzia, Matheus Furtado F^o, Rita Francisca, Francisco e Ana Francisca, esta c/c o Cap. José Alexandre de Melo, residentes em São Thiago). Viúvo, casou-se com sua cunhada Ângela Maria de Lara (1789-07/03/1847) com quem teve 2 filhas (Josefa e Maria Rita). Faleceu aos 28-02-1867 na Fazenda Retiro do Caxambu em Cel. Xavier Chaves (Fontes: GeneaMinas / Maria José Lara Bretas Pereira, op.cit). O Cap. Matheus Furtado enviuvando-se novamente, casar-se-ia ainda pela 3^a vez com D. Bernarda Francisca de Faria, falecida aos 15/11/1851, sem geração inventariada em 1852 – cx. 82 (IPHAN) São João del Rei.

(4) Gervásio Gonçalves de Góes e Lara, nascido aos 04-11-1799, batizado aos 18 dias do mesmo mês na Capela do Mosquito (Cel. Xavier Chaves), filho do Quartel Mestre João Gonçalves de Lara e Góes e Josefa Maria de Faria. Casado com Ana Francisca de Melo. Seus irmãos: Ângela, Domingos, Maria Silvéria de Lara, Francisca Maria de Lara, José, Ana, Antonia, Joaquina, João.

(Fontes: Projeto Compartilhar Góes Avintes /// Ronaldo van Putten de Vasconcelos – “História e Genealogia da Família Lara”).

IV- JOAQUINA DE PROENÇA GÓES E LARA

Nascida e batizada aos 02/7/1764 na capela de Nossa Senhora da Penha de França da Lage (Resende Costa), freguesia de Santo Antonio da vila de São José (Tiradentes), filha do Cap. Francisco Pinto Rodrigues e D. Ana Maria Bernardes Góes e Lara, np de João Parreiras Simões, natural de São Martinho de Pousada e Maria da Glória Rodrigues, natural de São Salvador de Joane, comarca de Vila Nova de Famalicão; nm do Cap. Pedro Bernardes Caminha, natural de Paredes do Rio, comarca de Chaves e Ângela de Góes Almeida e Lara, natural da vila de São Paulo. D^a Joaquina de Proença Góes e Lara casou aos .../01/1785 com o Cap. José da Silva dos Santos, batizado aos 05-12-1747 na capela de São Sebastião do Rio Abaixo, falecido aos 11-06-1833, sepultado na Igreja do Carmo em SJDR. Proprietários da Fazenda do Pombal (Fontes: Pedro Taques – Nobiliarquia Paulistana vol. I, p. 207 / Conego Raimundo Trindade – Velhos Troncos Mineiros, vol. II). O Cap. José era irmão de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes e de seu matrimônio com D^a Joaquina de Proença Góes e Lara provieram quatro filhas e suas herdeiras universais:

4.1. Maria Marcelina de Lara dos Santos, nascida em 1790, falecida aos 09-09-1861, casada em 1^{as} nupcias aos 14-02-1820, com o Guarda Mor Manoel Soares Lopes, n. de Concelho de Bastos, arcebispado de Braga, sem geração e em 2^{as} nupcias aos 12-12-1824 com seu primo José Cardoso Paes (+ 31-08-1861), filho de Manoel Cardoso Paes e D^a Ignácia Maria da Silva ambas as solenidades realizadas na ermida de Nossa Senhora da Ajuda da Fazenda do Pombal. Casal Maria Marcelina e José Cardoso Paes com 12 filhos, dentre eles: 1.1. Angela Custódia de Lara, legatária da avó materna, c/c Francisco de Paula Cardoso. D^a Ângela faleceu aos 17-05-1858 e Francisco de Paula aos 16-06-1860, inventariados em 1861. Filhos do casal, conforme inventário: José

Francisco de Paula, nascido aos 21-08-1850; Ana, nascida aos 06-11-1852; Modesto, nascido aos 20-04-1855, falecido aos 06-08-1867; 1.2. Honório Balbino da Silva, solteiro, com 35 anos (1861). Foi o inventariante dos pais e da irmã Ângela. 1.3. Maria Cândida da Silva c/c Estevão de Paula Cardoso; 1.4. Ana Carolina c/c Francisco Antonio de Resende; 1.5. Antonia Rita c/c Hipólito Filisbino de Resende.

4.2. Francisca de Cássia de Lara dos Santos, nascida em 1795, casada aos 14-02-1820 na ermida de Nossa Senhora da Ajuda da Fazenda do Pombal com o Alferes Joaquim Pereira da Cunha, natural de Barbacena, filho de Francisco Pereira da Cunha e D^a Ana Maria de Jesus.

4.3. Mathildes Emilia de Lara dos Santos, falecida em 1871; casada com o Cap. Antonio Felisberto dos Santos, filho de Manoel Coelho dos Santos e Genoveva de Almeida e Silva (família Ribeiro da Silva).

4.4. Ana Silvéria, falecida em criança (1788).

D^a Joaquina de Proença, como se sabe, foi coproprietária da Fazenda do Rio do Peixe juntamente com os primos, o Alferes José Jacinto Rodrigues Góes e Lara e D. Ignacia da Rosa Lara e Silva e ditou seu testamento aos 04-07-1827, na Fazenda do Pombal, nomeando como testamenteiros em 1^o lugar o genro Alferes Antonio Felisberto dos Santos, em 2^o lugar Prudente José Correia, em 3^o o Rev. Pe. Dâmaso Pinto de Almeida Lara e em 4^o a Cândido Hermenegildo Brinquinho. Determinou fôsse seu “corpo envolto no hábito da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo” e ai sepultado. Determinou, ademais que “dos remanescentes de minha terça, instituo por minha herdeira a minha filha Francisca de Cássia de Lara dos Santos, cuja herança quero e é minha vontade que se lhe dê em terras da Paragem chamada Retiro do Campo de São Thiago e que lhe fique privativamente pertencendo a ela ou a seus filhos sem que jamais sejam confundidas estas terras ou esta herança com outros bens do seu casal e ninguém lhe poderá jamais tirar por qualquer modo ou por qualquer que seja contraída...”

Casal Cap. José dos Santos e D. Joaquina de Proença foram padrinho(s) de batismo de José Pinto de Góes, filho do Cap. Joaquim Pinto de Góes e Lara e D. Ana de Almeida e Silva aos 23-05-1785 na capela da Lage (Resende Costa).

D^a Joaquina de Proença Góes e Lara faleceu aos 29-12-1835 na Fazenda do Pombal, data de abertura de seu inventário, o qual se acha arquivado no IPHAN/SJDR – anos 1827/1835, cx. 172).

Lê-se no Projeto Compartilhar – D^a Antonia da Encarnação Xavier-os Silva Xavier, – a partir de pesquisas de Artur Resende (“Genealogia Mineira” vol. 4) que o Cap. José da Silva Santos teve um filho natural de nome Antonio da Costa Silva, havido com Joana Maria de São José e que este filho Antonio, por sua vez, tivera filhos naturais, netos pois do Cap. José da Silva Santos, dentre eles Silvério “que em 1831 era escravo de Joaquina de Proença Góes e Lara” e Rita “escrava que fora de Ignácio Ribeiro”.

PROPRIETÁRIOS DA FAZENDA DO RIO DO PEIXE

Cronologia aproximada, passível de adequações mediante pesquisas/novos dados

Cap. Luis Cardoso Osório – c. 1740 – 1780

João Cardoso Osório – c. 1780 – c. 1815

Sargento mór José Jacinto Rodrigues Lara – c. 1815 – 1848 (no período entre c. 1815 a 1834 em sociedade com Ignácia da Rosa Lara Silva e Joaquina de Proença Goes e Lara)

Cap. Joaquim Pinto Rodrigues Goes e Lara – 1848 – 1879

Cel. Antonio Carlos de Oliveira – 1879 – 1910

Aristides Batista Gomes – 1910 – 1930

Major Marcos de Oliveira Braga – 1930 – 1936

Antonio Pinto de Oliveira – 1936 – 1987

Dr. Messias José Pinto de Oliveira – 1987



DUAS IMPORTANTES OBRAS INAUGURADAS EM 2025

Por Marcus Santiago

O ano de 2025 foi marcado por avanços significativos na infraestrutura pública de São Tiago, com a inauguração de duas importantes obras que fortalecem os serviços prestados à população e a atuação dos poderes públicos municipais.

A Prefeitura de São Tiago inaugurou a sede própria da **Secretaria Municipal de Saúde**, um espaço moderno e funcional, com área total de 419 metros quadrados, distribuídos em dois pavimentos. O novo prédio conta com estrutura arquitetônica contemporânea, acessibilidade e ambientes planejados para otimizar a rotina de trabalho dos servidores e o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). O edifício foi construído na Rua Antônia Lara de Resende, 145, Centro, em um ponto estratégico, próximo ao Hospital São

Vicente de Paulo.

Outro marco histórico foi a inauguração da sede própria da **Câmara Municipal de São Tiago**, realizada em 7 de novembro de 2025, localizada na Avenida Governador Magalhães Pinto, 115, Centro.

A nova sede, conhecida como a **"Casa do Povo"**, foi planejada para oferecer melhores condições de trabalho aos vereadores e servidores, além de garantir mais conforto e acessibilidade ao público. O espaço dispõe de plenário para a realização das sessões legislativas, setores administrativos organizados e áreas destinadas ao atendimento da população.

Durante a solenidade de inauguração, também foi instalada a **Galeria dos Presidentes**, que homenageia 29 ex-presidentes da Câmara Municipal, reconhecendo a contribuição de cada um para a história do Legislativo são-tiaguense e preservando a memória institucional da Casa ao longo das décadas.

A força silenciosa da bondade

Por Hamilton Lara

Reflexão sobre a bondade como expressão da natureza humana e instrumento de transformação social.

A bondade não é fragilidade nem ingenuidade. É força interior e expressão da natureza racional e social do ser humano. Agir com bondade significa agir em harmonia com aquilo que somos por essência: seres feitos para conviver, cooperar e contribuir para o bem comum.

A verdadeira bondade não depende de reconhecimento nem de retorno. Ela nasce da consciência de que viver bem é agir com justiça, serenidade e equilíbrio, mantendo a integridade mesmo diante das falhas alheias. Não se trata de agradar, mas de agir corretamente. É uma escolha que exige discernimento, prudência e firmeza, pois a bondade autêntica não se confunde com ingenuidade nem com submissão.

Também não deve ser condicionada pelo comportamento dos outros. A virtude de cada um reside na forma como responde às circunstâncias e às pessoas. Assim, a bondade se torna uma decisão interior contínua, sustentada pela razão e pelo caráter. Quando praticada com consciência, fortalece a vida em comum e preserva a dignidade de quem a exerce.

Ser bondoso é viver de acordo com a própria natureza humana, contribuindo para o equilíbrio coletivo e mantendo serenidade mesmo quando o mundo se mostra desordenado. É uma escolha silenciosa que sustenta a harmonia entre as pessoas e dá sentido à convivência.

A bondade pode ser instrumento capaz de atenuar desigualdades humanas. Está ao alcance de todos, ainda que muitas vezes permaneça adormecida, até que algum acontecimento desperte em nossos olhos e em nosso coração um impulso de solidariedade.

Quando somos colocados diante de uma situação que desperta a compaixão, apresenta-se um momento crucial: o de praticar o bem ao próximo. A bondade é intrínseca ao ser humano, mas a vida frequentemente a desperta da inércia, da zona de conforto e da acomodação.

Muitas vezes, são acontecimentos inesperados que nos recordam daquilo que já habita em nós. As catástrofes naturais, por exemplo, transcendem as estruturas humanas e convocam a solidariedade coletiva. Podem ser compreendidas como um chamado ao despertar da consciência, um convite à gratidão por aquilo que recebemos da natureza e à responsabilidade pelo uso que fazemos dela.

Assim, a bondade manifesta-se como elemento essencial da condição humana. Surge quando reconhecemos que, diante da grandeza da vida, todos compartilhamos a mesma existência.

A natureza, em sua essência, revela equilíbrio. E ao ser humano cabe responder a ela com consciência, gratidão e bondade.



AVENIDA CEL. BENJAMIM GUIMARÃES: UM PASSEIO PELA SAUDADE

Por Fernando de Castro Campos
Membro do IHGST

Antigamente, a Avenida Coronel Benjamim Guimarães era o grande cenário da vida são-tiaguense, o verdadeiro centro do movimento da cidade, especialmente entre as décadas de 1950 e o início dos anos 1980. Muito antes das transformações urbanas e do ritmo acelerado dos dias atuais, a avenida era um espaço onde tudo acontecia: encontros, conversas, festas, descobertas e até os primeiros suspiros de romance.

A avenida se estendia desde o casarão do Sr. Luiz Caputo em direção a localidade da Pavuna. As moças passeavam de braços dados, em grupos elegantes, exibindo passos sincronizados e sorrisos discretos, enquanto os rapazes observavam o movimento encostados às portas dos comércios, atentos a cada detalhe. Era um passeio romântico, cheio de olhares, gestos tímidos e suspiros escondidos, onde acontecia o nascimento de namoros, bilhetes apaixonados, de histórias que, muitas vezes, começavam ali e que virariam futuros casamentos.

Quem caminhava por ali encontrava uma paisagem cheia de charme e simplicidade. As casas baixas, o calçamento antigo e o comércio tradicional. Ao longo da avenida, havia estabelecimentos que marcaram época. O bar do Tônico Caputo, que depois passou para o Sr. José Alberico e futuramente se transformou no famoso “Bazar do Ponto”, do Sr. Tião Cuité, era um dos locais de maior movimento. Próximo dali havia o casarão do Sr. Luiz Caputo, que, com o tempo, se tornou uma pensão e posteriormente abrigou a agência do Banco Nacional.

O maior brilho da avenida, porém, vinha do Cine Odeon, pertencente ao Sr. Glauro de Castro. O cinema era mais do que um espaço de lazer. Seu serviço de alto falante ecoava por toda a avenida, tocando valsas e boleros de Carlos Galhardo, Vicente Celestino, Frank Sinatra, Orlando Silva e tantos outros ídolos da época. As músicas eram dedicadas aos namorados, amigos e familiares, e os recados anunciados em público despertavam curiosidade e emoção. A famosa música “Jolie” era o aviso sonoro de que o filme estava prestes a começar, criando uma atmosfera mágica que reunia jovens e adultos à porta do cinema, embalando o vaivém das pessoas. Próximo ao Cine Odeon havia ainda o bar do Sr. Orozimbo de Castro, que depois passou ao Sr. Tião Cuité.

A avenida também abrigava o movimentado bar do Sr. Zé Aleluia, famoso por ter, no segundo andar, um salão de dança



apelidado de “Panela de Pressão”, por causa do espaço apertado e do calor das noites festivas. Ali, os bailes ferviam, embalados por músicas animadas, risos e passos apertados, mas cheios de alegria.

Era um tempo em que a avenida pulsava como o coração de São Tiago. Hoje, quem viveu aquela época guarda uma saudade profunda. Havia ainda a Oficina do Sr. Geraldo Caputo, que ficava em frente à primeira bomba de gasolina de São Tiago. Com o tempo, essa oficina se transformou em um salão de baile chamado “Garagem”.

A tradicional padaria do Sr. Rafael Caputo, uma das primeiras da cidade, responsável por iniciar a tradição são-tiaguense do café com biscoito, que atravessou gerações. Na mesma avenida estavam também a barbearia do Sr. Altivo, a pensão do Sr. Corinto Campos e a loja do Sr. João Evangelista Caputo.

A Avenida Coronel Benjamim Guimarães permanece na memória afetiva dos são-tiaguenses, como um símbolo de convivência e ternura, um retrato de um tempo que passou, mas que nunca deixou de existir dentro das lembranças. Entre músicas do alto falante, risos, bailes, recados de amor, passeios de mãos dadas e a magia dos filmes, a Avenida se tornou o grande símbolo de uma época que guarda lembranças carregadas de emoção e saudades. Saudade de um tempo em que a vida era vivida ao ritmo da música que ecoava do cinema, do charme das moças de braços dados e da alegria de uma avenida que marcou para sempre a história de São Tiago.

Anos depois, a mesma avenida passou a ser conhecida como “Avenida do Comércio”, em razão da presença de diversas lojas e serviços, já não apresentando mais as mesmas características de um período anterior.

(Baseado no artigo do Jornal Cidadania – Janeiro/2002)

Prezada: Equipe do Boletim Sabores e Saberes,

Escrevo para expressar minha sincera gratidão pelo texto publicado na edição de fevereiro de 2026, intitulado “Carro de bois – o cravo desaparecido”. A matéria trouxe à tona a lembrança de um cidadão honorário que residiu em nossa cidade e que tanto trabalhou com seus antigos caminhões, conforme bem destacado na publicação. Peço licença para dizer que me recordo claramente do episódio narrado, que realmente aconteceu. Meu pai ficou profundamente desolado ao ver seus pneus — ainda por serem quitados — danificados pelos cravos das rodas de um carro de boi. Foi um momento difícil, que marcou nossa história familiar.

O fato também teve seu lado pitoresco, revelando o contraste entre o trabalho árduo com seus caminhões e a tradição representada pelas rodas e cravos do carro de boi. São lembranças que hoje carregam significado e emoção. Em nome de nossa família, agradeço por resgatar essa história, pouco conhecida por muitos, mas tão significativa para nós, reavivando a memória de um homem que passou por esta terra com muita luta e que venceu honrosamente. Osvaldo, meu pai, deixou-nos grandes ensinamentos, entre eles uma frase que guardamos com carinho: “Cuidem bem das ferramentas de trabalho; amanhã precisaremos delas novamente.” Com gratidão,

Janete Aparecida Silva Vieira Costa

MISSA COM CHAPÉU

Por Fernando de Castro Campos
Membro do IHGST

Em um domingo de sol quente, de manhã, a matriz estava cheia como de costume. Homens chegavam de chapéu na cabeça, tiravam na porta e entravam respeitosos. Mas naquele dia, um sujeito resolveu desafiar o costume: sentou-se no banco do fundo e permaneceu de chapéu, firme e confiante, como se estivesse na sala de casa ou mesmo na rua.

Algumas beatas se remexiam, outras cochichavam:

— Olha lá... nem tira o chapéu dentro da casa de Deus...

Pe. José Duque percebeu tudo, mas não disse nada. Continuou a missa

normalmente, com a calma de sempre. Quando chegou a hora da homilia, olhou a igreja cheia e falou em tom sereno e firme:

— Meus filhos, tirar o chapéu na igreja é coisa fácil. Difícil mesmo é tirar o orgulho da cabeça.

No silêncio, o homem do fundo começou a se mexer no banco, desconcertado. O vigário continuou:

— Tem gente que tira o chapéu, mas entra com o coração coberto. Outros entram cobertos por fora, mas não sabe que a alma é descoberta diante de Deus.

Nesse momento, o homem levou a mão à cabeça e, sem olhar para os lados, tirou o chapéu devagar, quase pedindo desculpa.

Pe. José Duque concluiu, com um leve sorriso:

— Deus não se ofende com chapéu. O que entristece é soberba disfarçada de costume.

Dizem que, depois dessa advertência todo mundo ficou com medo do padre pregar um outro sermão desses. E o chapéu, na dúvida, ia logo para as mãos quando se entrava na igreja.

(Causo contado segundo informações dos familiares do Pe. José Duque).

Vladimir Vladimirovitch Maiakovski

Francisco Reis Bastos, da Academia Municipalista de Letras de MG

Mestre Vladimir, chamado de "o poeta da Revolução", foi também dramaturgo, editor, cartazista e avilancou a poesia e a arte na Rússia.

Nasceu em 19 de julho de 1893, em Baghdati, Geórgia, Rússia.

Vladimir Mayakovsky (Владимир Владимирович Маяковский) viveu a revolução bolchevique de 1917 e foi um motor da criatividade artística.

Era tão grande seu talento que encontramos hoje entre nossos atuais poetas as marcas daquele mestre.

Ele iniciou novo modo de fazer arte, sensível e vinculado ao futuro da sociedade russa.

Nesta época, os círculos literários e as tertúlias eram comuns nos museus e nos cafés.

Mayakovsky abandonou esses círculos que embora criativos não ofereciam a realidade que sentia ao ir às ruas e às fábricas da Rússia, construindo uma nova poesia popular.

Ele dizia que devemos ir aonde o povo está. (Milton Nascimento usou esse tema. "O artista deve ir aonde o povo está").

Conta-se que Mayakovsky dormia no assoalho do telégrafo de Moscou. Era para estar de prontidão para elaborar cartazes que ajudassem a fomentar os movimentos políticos. Não queria perder o "timing".

O político Trotsky dizia que em Vladimir Mayakovsky existiam, um gênio, um revolucionário e um poeta. Três em um.

Era um que rejeitou as velhas formas do fazer poético, tendo sido ao mesmo tempo, sujeito e vítima das transformações sociais. Criador de um processo que o destruiria.

Após a revolução russa de outubro de 1917, Mayakovsky animou-se com a revolução. Esse entusiasmo gerou belos poemas como a "Ode a revolução" e "Marcha de esquerda".

A característica de sua inspiração era o inconformismo diante do cotidiano.

Vejam esses versos:

"Manchei o mapa quotidiano
jogando-lhe a tinta de um frasco
e mostrei oblíquas num prato
as maçãs do rosto do oceano.
Nas escamas de um peixe de estanho,
li lábios novos chamando.
E você? Poderia
algum dia
por seu turno tocar um noturno
louco na flauta dos esgotos?"

As dificuldades do processo revolucionário complicaram a vida de nosso herói levando-o à morte.

Roman Jacobson interpretou que o suicídio de Mayakovsky já estava posto desde o início de sua poesia.

Segundo o lingüista, o poeta preferiu o silêncio a ser um mero vendedor de versos.

Com a morte de Lênin, Stalin assume o poder e estabelece uma série de regras e normas para a produção artística.

Assim como o teórico Bakhtin e outros censurados e acusados de produzir obras subjetivas, Mayakovsky era chamado pelos burocratas Stalinistas de "incompreensível".

Seus poemas não seguiam as diretrizes oficiais, a liberdade poética tão sonhada por todos, foi substituída por manuais burocráticos do realismo socialista.

Mayakovsky preferiu o silêncio a se entregar à censura oficial.

Escolheu deixar a vida em 14 de abril de 1930.

Foi um lutador de palavras, como definiu Trotsky. Ele deixou-nos um legado que se tornou a semente de um novo futuro, uma poesia a plenos pulmões.

Eis o bilhete de suicídio que Mayakovsky escreveu:

"A todos, de minha morte não acusem ninguém, por favor, não façam focos. O defunto odiava isso.

Mãe, irmãs e companheiros, me desculpem, este não é o melhor método (não recomendo a ninguém) mas não tenho saída.

Lilia, ame-me.

Ao governo: minha família são Lilia, Brik, minha mãe, minhas irmãs e Verônica Vitoldovna Polonskaia.

Caso torne a vida delas suportável, obrigado.

Os poemas inacabados entreguem aos Birk, eles saberão o que fazer.

Como dizem:

caso encerrado,

o barco do amor partiu-se na rotina.

Acertei as contas com a vida

inútil a lista

de dores,

desgraças

e magoas mútuas,

Felicidade para quem fica."

Vladimir Maiakovski

Seu depoimento de vida é cruel porque grita a verdade.

Outras frases dele onde ele declara seu amor à poesia:

"Eu não forneço nenhuma regra para que uma pessoa se torne poeta e escreva versos. E, em geral, tais regras não existem. Chama-se poeta justamente o homem que cria estas regras poéticas."

"Brilhar para sempre, brilhar como um farol, brilhar com brilho eterno, gente é para brilhar, (Caetano Veloso usou essa inscrição).

E que tudo mais vá para o inferno, este é o meu slogan e o do sol."

(Roberto Carlos usou esse verso consagrando como lema da Jovem Guarda)

Muito interessante e talvez profético é a frase dele que fala:

"Dizem que em algum lugar, parece que no Brasil, existe um homem feliz." (citado por Darci Ribeiro)

Poeta, apesar do suicídio escreveu:

"O século 30 vencerá! Ressuscita-me para que ninguém mais tenha que sacrificar-se por uma casa, um buraco. Ressuscita-me para que o Pai seja ao menos o Universo e a Mãe, no mínimo a Terra."

Finalmente cito um verso marcante que gerou até um belo poema.

"Você não pode deixar ninguém invadir o seu jardim para não correr o risco de ter a casa arrombada."

No poema "No Caminho, com Maiakóvski" de Eduardo Alves da Costa, esse conceito foi usado para representar o avanço da ditadura sobre a liberdade individual.

Vladimir V Mayakovsky foi uma mente brilhante cuja obra é fonte inspiradora grandiosa e imprescindível para todos nós.

A FIGURA DE JUDAS ISCARIOTES NA ORALIDADE POPULAR

A Bíblia apresenta-nos Judas Iscariotes, um dos doze apóstolos escolhidos pelo Senhor, como um homem talentoso, perspicaz, de elevado potencial humano, mas que se deixou corromper, não honrando valores como fidelidade, dignidade, confiabilidade. Era o tesoureiro do grupo de apóstolos, dada a sua habilidade em trabalhar com números e cifras. Sempre questionador (Jo 12,3-5), de uma fé superficial, enganosa (Jo 17:12) e aparentemente indiferente, insensível, desconectado com o real ministério de Jesus. "O filho da perdição", o traidor que entregaria o Mestre por 30 moedas de prata!

Trata-se de figura muito presente na oralidade popular e ainda na religião e literatura, aparecendo em histórias, expressões, contos, manifestações folclórico-religiosas, teologia etc.

No imaginário popular, Judas significa o ser desprezível, em que recaem as culpas pelos males e sofrimentos do povo. Dai incidir a execração pública sobre qualquer pessoa de conduta incompatível com a comunidade, um político desonesto, um empresário inescrupuloso. Há, em algumas exposições de "queima" do Judas a ocorrência de pasquins em forma de versos, trovas ou mesmo discursos, todos de teor sarcástico e crítico, aos "judas" ali "homenageados".

Uma antiga história popular (imaginário cristão) relata que Judas, o delator de Cristo, teria escondido, em um par de botas, as trinta moedas que recebera dos sacerdotes judeus pela ignominiosa traição.

Outra versão narra que, após trair Jesus, o discípulo Judas Iscariotes enforcou-se, descalço, numa árvore. Não sendo encontradas as trinta moedas junto ao seu corpo, passou-se a especular que elas estariam guardadas em suas botas, cujo paradeiro (o das botas) era desconhecido de todos. E por mais procuradas, então, nunca foram encontradas...

Há ainda a versão do judeu errante, tema de livros e documentários. Um sapateiro judeu, ao ver Jesus passar rumo ao Calvário, carregando a pesada, ignominiosa cruz nos ombros, gritou-lhe, sadicamente: - Vai andando! Vai logo!" Jesus teria respondido: - Eu vou e tu ficarás até a minha volta!

Assim, o sapateiro, chamado "judeu errante" ainda vaga pela terra, perdendo as botas pelos ermos lugares por onde anda erraticamente...

Na acepção religiosa e pinturas, Judas aparece de botas, simbolizando que os suicidas acham-se condenados a vagar, numa jornada sem destino. Por outro lado, segundo historiadores, à época de Judas não havia botas, indumentária que somente surgiria na Idade Média.

MALHAÇÃO OU QUEIMA DO JUDAS - Ruidosa manifestação pública ou exibição de caráter folclórico-religioso, que ocorre no sábado da Aleluia. É um rito popular e tradição vigente em muitas comunidades católicas e ortodoxas realizados sempre no sábado de Aleluia, simbolizando a morte e abominação de Judas, o traidor do Senhor. Introduzido na América pelos colonizadores espanhóis e portugueses, consiste em surrar e queimar boneco(s) simbolizando Judas.

Viajantes estrangeiros como Jean-Baptiste Debret e ainda escritores nacionais como Martins Pena registraram esta prática sociocultural muito generalizada em nosso País. Estudiosos como a antropóloga Andréia Regina Moura Mendes (UFRN), associa a prática da malhação do Judas aos rituais da Inquisição Portuguesa, corroborando-se a influência religiosa e cultural européia em nossas manifestações sociais.

Um (ou mais) bonecos do tamanho de

uma pessoa, recheados de panos, trapos, jornais, serragem, palhas ou estopas, presos a postes improvisados, aí espancados, a que se ateiam fogo, em desagravo a Jesus, vítima de ignobil traição. Em tempos idos, o "judas" era amarrado a um jegue, submetido (o boneco) a uma verdadeira surra de porrete, até desmanchar-se; outros participantes optavam por envolver ou recheiar o boneco de explosivos e artefatos fátuos.

No Brasil, o boneco torna-se um receptáculo de críticas sociais, políticas e mesmo humorísticas. Assim, é comum enfeitar/fantasiar o boneco com máscaras ou placas com o nome de políticos, governantes, corruptos, técnicos de futebol e personalidades impopulares e repudiadas, tidos como traidores, malfeitores ou indesejados pela população, com a incorporação de elementos locais e nacionais ao peculiar evento. Uma forma de extravasar revolta e insatisfação para com os homens públicos. Há cidades, a exemplo de Itu (SP), onde o boneco é detonado a bombas.

PANELADA - (Folclore) Ação promovida por um grupo de crianças no sábado da Aleluia, ao amanhecer, de arrecadação de gêneros, de porta em porta, cantando quadras como essa:

"Aleluia, Aleluia!
Carne no prato
Farinha na cuia
Fogo no Judas!"

(VESTIR-SE COMO) JUDAS - pessoa mal-arrumada, descuidada, janota; que se veste de forma desengonçada, grotesca.

CAFUNDÓ-DE-JUDAS - lugar distante, inacessível, de difícil acesso; lugar indefinido e/ou longínquo. O mesmo significado que "baixa-de-égua", "inferno de pedra", "caixa prego" "lugar onde Judas perdeu as botas", "calcanhar-de-Judas", "fim do mundo".

"A troco de que Deus havia de começar o juízo final logo neste cafundó onde Judas perdeu as botas?" (Érico Veríssimo - Incidente em Antares).

"Lá onde Judas perdeu a bota / me descobri descalço / perdido no espaço / que me sabota" (Thiago Tonello - poema "Descalço").

NO TEMPO EM QUE JUDAS TOCAVA SANFONA

Referência a algo ultrapassado e/ou a tempos distantes, imemoriais.

Tipo de sanfona de oito baixos também conhecida como "pé-de-bode" ou "sanfona que judas tocava".

"...não podemos esquecer os cabelos esticados para trás, presos em coques, nem sempre estéticos, semelhantes aos carapitos dos tempos em que Judas tocava sanfona" (Hildegardes Vianna - "Antigamente era assim" Rio de Janeiro, Record, 1994, p. 133).

Expressão semelhante "dos tempos em que Adão rodava pião na palma da mão").

FALAR PELAS TRIPAS DE JUDAS - falar de forma intermitente, incômoda, verborágica, em alto vozerio. É comum ouvir-se, em especial no meio rural: "Fulano fala pelas tripas de Judas" "descontrolada, nervosa a mulher falava pelas tripas do judas".

MÃO DE JUDAS - apagador de velas usado em igrejas (liturgia católica).

IMAGEM: DIOCESEDECAETITE.ORG.BR - DIVULGAÇÃO



SANFONEIROS DA TERRA

Por Fabio Antônio Caputo

O acordeom é um instrumento musical desenvolvido na Alemanha com base em um antigo instrumento chinês chamado Sheng. O primeiro exemplar foi finalizado e construído em Berlim em 1822.

Sua entrada no Brasil se deu no século XIX trazido por imigrantes alemães e italianos para a região sul do país. Após a Guerra do Paraguai soldados do nordeste, quando voltaram para casa, levaram consigo a novidade e daí seu uso se popularizou pelo resto do território nacional. Talvez, em consequência dessa história escalonada ele ganhou denominações diferentes em cada região: no sul é gaita, no nordeste é sanfona e no sudeste e centro-oeste é acordeom ou sanfona.

Descrever um objeto tão conhecido deve ser inútil, mas vale



Padre Tiago de Almeida e sua sanfona em Roma

dizer que o instrumento possui um fole sanfonado que injeta ar para seu interior; a entrada desse ar é controlada por teclas e botões que desviam seu fluxo pelas válvulas fazendo-o passar por lâminas metálicas que vibram, gerando as notas e sua sonoridade, que são amplificadas por uma caixa de ressonância de madeira.

No Nordeste a sanfona, juntamente com a zabumba e o triângulo formam a base para a maioria dos ritmos locais como Forró, Baião, Xote, Xaxado, Arrasta-pé. No contexto nordestino a sanfona encontra o ápice de sua importância criando uma identidade artística abrangente para a música em geral, para o entretenimento e para a maior festa da região, a comemoração do São João. O maior sanfoneiro nordestino é sem discussão Luiz Gonzaga, o Rei do Baião e criador de Asa Branca e muitas coisas mais. Outros dignos de nota são Dominginhos, seu sucessor, e o albino Sivuca, maestro, compositor e sanfoneiro conhecido internacionalmente.

O resto do Brasil tem pouco conhecimento e contato com a cultura e música tradicional da região sul, principalmente do Rio Grande, onde os ritmos usuais são a Milonga, Polca e Ranchera etc. O sulista, descendente de italianos, de alemães, e o gaúcho valorizam de sobremaneira suas tradições, e por tabela, o uso da gaita, o nome local da sanfona. Pode-se indicar como gaiteiro mais conhecido o instrumentista Renato Borghetti, o Borghettinho.

No sudeste e centro-oeste duas vertentes musicais se mesclaram com o foco na sanfona. A música sertaneja, desde seu nascedouro como caipira até o sertanejo romântico e versões mais modernas, molda sua essência e sua alma na composição de violão, viola caipira e acordeom, criando uma assinatura sonora inconfundível. Por outro lado, quando a seca e problemas econômicos forçaram milhares de nordestinos ao êxodo

para o sudeste, estes trouxeram consigo seus ritmos, suas músicas e suas influências. O próprio Luiz Gonzaga foi para o Rio de Janeiro em meados de 1940 para desenvolvimento de carreira, fazendo um enorme sucesso. Isso incorporou características musicais nordestinas ao consumo musical do sudeste, como por exemplo, Forró e Arrasta-pé. Como destaque podem ser citados como grandes sanfoneiros o Mangabinha (do Trio Parada Dura), Mário Zan, um italiano paulista conhecido como o Rei da Sanfona, e Oswaldinho do Acordeom.

Em São Tiago a sanfona também sempre esteve presente nos bailes e shows populares, em animação de festas e comemorações ou ainda em noites programadas ou espontâneas.

Merece destaque a existência de uma família com três irmãos sanfoneiros: Carlos, Valdemar e José Almeida. Carlos, já falecido, na década de 90 comandou famosos bailes no Cerrado, à Praça do Rosário. Esse Forró do Carlos era ponto de referência e possuía o sugestivo apelido de Tira-roupa, mesmo que ninguém o fizesse. Valdemar, e suas peculiaridades e cheias de estilo camisas sem botão, ainda mantém um bar em uma esquina na mesma praça, brindando convidados ou visitas com rodas musicais animadas. José Almeida dividia seus dedos entre tesouras e pentes, sendo também barbeiro, e as teclas e os botões da sanfona.

A sanfona estava presente nos bailes e horas dançantes da antiga Prefeitura, nos eventos na casa do Senhor Béco, no Salão Azul do Senhor Joaquim Campos, na Garagem (antiga oficina do Geraldo Caputo), no Forró do Elias na Praça do Rafael e no baile do Senhor Antônio do Forró, que existiu por quatro anos no Largo da Matriz.

Outro sanfoneiro de São Tiago, completamente atípico por ser clérigo e educador, fora do mundo da música, foi o salesiano Padre Tiago de Almeida (parece que a sanfona gosta dos Almeidas), o Padre Tiaguinho. Sempre foi afeito e próximo às manifestações artísticas como teatro, literatura e música, e tinha apreço ao instrumento. Foi fotografado tocando em Roma quando era jovem, e sua sanfona hoje faz parte do acervo do Memorial Santiaguense.

O Sr. José Fernandes, o Zé Cara*o (o asterisco é pudor gráfico) é considerado um ótimo sanfoneiro atual tocando no conjunto do Vanderlei Cardoso, o vereador.

Outros sanfoneiros que podem ser citados: Zé das Graças,



Carlos Almeida e sanfona na Sede Operária

João Bosco do Joãozinho da Arminda, Juvenal da Micaela, Osvaldo do ônibus e o Mário Ribeiro, o Deuma, filho do Sr. Vicente Ribeiro, o Nhô Padeiro, entre outros, eterna ressalva.

De mania nacional, quando era possível encontrar duas sanfonas em vários domicílios brasileiros enquanto o país possuía dezenas de fábricas do instrumento (mais de cinquenta somente no sul), a sua realidade e futuro é a mesma de inúmeros objetos, cultura e práticas tradicionais. Continuar existindo por resistência.

Imagens retiradas do Facebook Memórias de São Tiago.

Agradecimento pelas informações fornecidas pelo José Flávio Ribeiro, filho do Nhô Padeiro.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2026

A **Campanha da Fraternidade 2026**, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, apresenta como tema **"Fraternidade e Moradia"** e como lema **"Ele veio morar entre nós" (Jo 1,14)**. Inspirada no mistério da Encarnação, a campanha recorda que Deus escolheu habitar a realidade humana, assumindo suas dores e esperanças, o que convida os cristãos a olharem com mais sensibilidade para as condições de moradia no país.

A iniciativa destaca que a moradia não é apenas um bem material, mas um direito fundamental ligado à dignidade da pessoa humana. No Brasil, milhões de pessoas vivem em situação de déficit habitacional, enfrentando precariedade, insegurança, ausência de saneamento básico e dificuldades relacionadas ao alto custo dos aluguéis. Soma-se a isso o crescimento da população em situação de rua e das ocupações em áreas de risco.

Ao propor o tema, a CNBB busca unir fé e compromisso social, incentivando a reflexão nas comunidades, paróquias e escolas sobre a responsabilidade coletiva diante da exclusão habitacional. A campanha convida à prática da solidariedade, ao fortalecimento de iniciativas comunitárias e ao apoio a políticas públicas que promovam habitação digna e inclusão social.

Além da dimensão social, a Campanha da Fraternidade 2026 reforça que oferecer condições dignas de moradia é reconhecer cada pessoa como filha e filho de Deus. Assim, a ação evangelizadora se concretiza também na promoção



da justiça, da fraternidade e do cuidado com a "casa" onde a vida acontece, tornando visível o amor cristão nas realidades mais vulneráveis.

FAZENDA LAGOINHA: ENTRE O OURO E O SILÊNCIO

Por Fernando de Castro Campos – Membro do IHGST
Fernando José de Castro

Certa vez, viveu na região de Capelinha, atualmente distrito de Mercês de Água Limpa, um homem chamado Sr. Almeida, proprietário de uma fazenda que fazia divisa com a conhecida Fazenda do Tanque. Já em idade avançada e bastante debilitado por doenças, Sr. Almeida passou a considerar a venda de suas terras, pois não tinha mais forças para conduzir os negócios nem disposição para enfrentar os conflitos que envolviam sua propriedade.

A fazenda, chamada "Lagoinha", carregava uma fama sombria. Mesmo após a abolição da escravidão, Sr. Almeida continuava mantendo escravos sob seu domínio, desrespeitando as leis e os novos tempos. Homem autoritário e desconfiado, possuía apenas filhas mulheres, mas jamais permitiu que elas ou a própria esposa participassem da administração da fazenda. Para ele, o comando deveria permanecer exclusivamente em suas mãos, até o último instante de vida.

Entre os muitos rumores que cercavam a Lagoinha, o mais aterrador dizia respeito às barras de ouro que Sr. Almeida teria escondido pela propriedade. Conta-se que ele mandava um escravo cavar e enterrar o ouro em locais estratégicos da fazenda. Depois, para garantir que ninguém jamais revelasse o segredo, o escravo era assassinado. Assim, somente o próprio Sr. Almeida sabia onde estavam os tesouros ocultos sob a terra, reforçando o clima de medo e mistério que envolvia o lugar.

Os maus-tratos impostos aos escravos eram de tal brutalidade que o povo da região passou a dizer que a fazenda era "machada de sangue", como se o solo estivesse impregnado do sofrimento e da violência ali praticados. A Lagoinha tor-



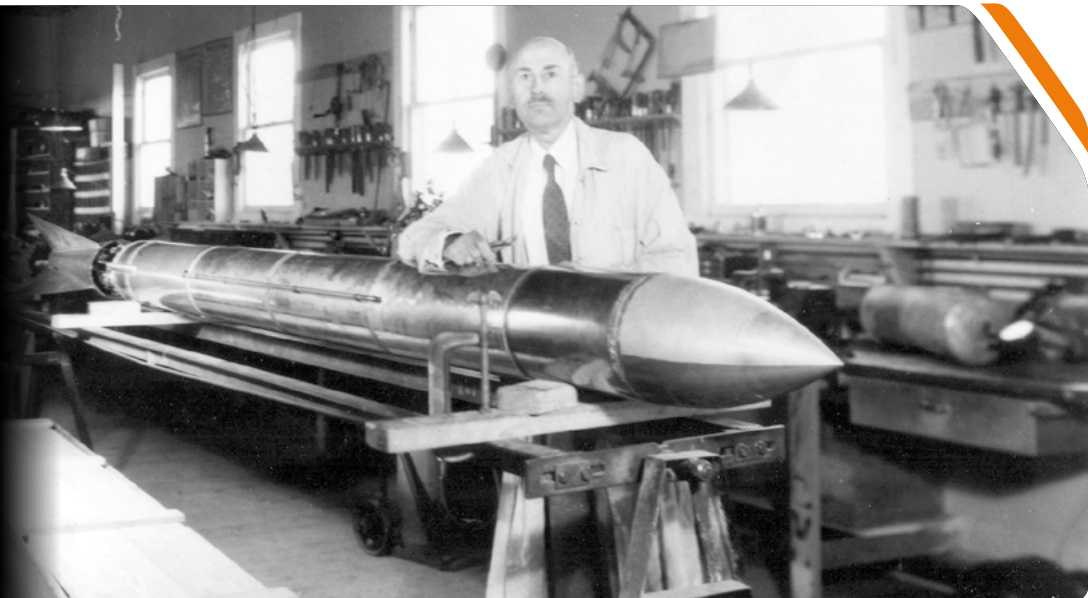
nou-se sinônimo de dor, crueldade e histórias sussurradas em voz baixa, especialmente à noite.

Foi nesse contexto que Sr. Obejar de Castro recebeu a proposta de compra da fazenda. Ciente da fama pesada do lugar e da decadência de seu antigo dono, aceitou negociar. O negócio foi fechado, marcando o fim do domínio de Sr. Almeida sobre aquelas terras. Logo após a aquisição, Sr. Obejar de Castro tomou uma atitude simbólica e decisiva: mandou destruir a sede da fazenda. Para muitos, esse gesto representava uma tentativa de apagar o passado sombrio da Lagoinha, romper com as memórias de violência e inaugurar um novo tempo para aquelas terras.

A Fazenda Lagoinha foi uma propriedade rural com um retrato cruel de um período marcado pela resistência às mudanças, pela brutalidade contra os mais fracos e pelas marcas profundas deixadas pela escravidão, hoje ainda na memória popular de muitas gerações.

O cientista alemão Wernher Von Braun famoso por desenvolver os 1^{os} mísseis e veículos de lançamento de grande porte e distância dentre eles os foguetes V.2 que atingiram a Inglaterra ao final da II guerra mundial, ao ser interrogado pelos militares americanos como, onde tinha baseado seu trabalho de construção de foguetes, responde:

– Nas pesquisas e experimentos do Dr. Goddard, compatriota de vocês. Lembraram-se então os americanos de que o Dr. Goddard, quando de seus estudos e experimentos com foguetes não fora levado a sério – e até mesmo ridicularizado – nos Estados Unidos.



DR. ROBERT H. GODDARD

1926 – 2026 – 100 ANOS DO INÍCIO DA ERA ASTRONÁUTICO-ESPACIAL

O Dr. Robert Hutchings Goddard (1882–1945) é considerado o pai da propulsão moderna de foguetes. Físico de grande visão, Goddard também possuía um talento singular para a invenção. É em memória desse brilhante cientista que a NASA estabeleceu o Goddard Space Flight Center.

📌 *É difícil dizer o que é impossível, pois o sonho de ontem é a esperança de hoje e a realidade de amanhã.*

Dr. Robert H. Goddard – Rocket Scientist

O Dr. Robert Hutchings Goddard (1882–1945) é considerado o pai da propulsão moderna de foguetes. Físico de grande visão, Goddard também possuía um talento singular para a invenção. Em memória desse brilhante cientista, o Goddard Space Flight Center da NASA, em Greenbelt, Maryland, foi estabelecido em 1^o de maio de 1959.

Em 1926, Goddard havia construído e testado com sucesso o primeiro foguete movido a combustível líquido. De fato, o voo do foguete de Goddard em 16 de março de 1926, em Auburn, Massachusetts, foi tão significativo para a história quanto o dos irmãos Wright brothers em Kitty Hawk.

Assim como a conquista dos Wrights parecia primitiva em sua época, os foguetes de Goddard causaram pouca impressão nos oficiais do governo. Apenas por meio de modestos subsídios da Smithsonian Institution e da Daniel Guggenheim Foundation, além das licenças concedidas pelo Worcester Polytechnic Institute e pela Clark University, Goddard pôde sustentar toda uma vida dedicada à pesquisa e aos testes.

Goddard chamou a atenção pública pela primeira vez em 1907, em meio a uma nuvem de fumaça provocada por um foguete de pólvora disparado no porão do prédio de física do Worcester Polytechnic Institute. As autoridades escolares demonstraram interesse imediato no trabalho do estudante Goddard. Para seu mérito, a administração da escola não o expulsou. Assim, ele iniciou sua vida inteira de trabalho dedicado.

Em 1914, Goddard recebeu duas patentes nos Estados Unidos. Uma era para um foguete movido a combustível líquido; a outra, para um foguete de dois ou três estágios movido a combustível sólido.

As próprias custas, começou a realizar estudos sistemáticos sobre a propulsão fornecida por vários tipos de pólvora. Seu documento clássico foi um estudo escrito em 1916 solicitando recursos à Smithsonian Institution para continuar sua pesquisa. Esse trabalho foi posteriormente publicado, juntamente com suas pesquisas subsequentes e trabalhos realizados para a Marinha, na publicação Smithsonian Miscellaneous Publication No. 2540 (janeiro de 1920), intitulada “A Method of Reaching Extreme Altitudes” (“Um Método para Alcançar Altitudes Extremas”). Nesse tratado, Goddard detalhou sua busca por métodos de elevar instrumentos de registro meteorológico a altitudes superiores às alcançadas por balões-sonda. Nessa bus-

ca, desenvolveu as teorias matemáticas da propulsão de foguetes.

No final de seu relatório de 1920, Goddard descreveu a possibilidade de um foguete alcançar a Lua e explodir ali uma carga de pó luminoso para marcar sua chegada. A maior parte de seu relatório científico à Smithsonian era uma explicação técnica de como utilizou a bolsa de US\$ 5.000 em suas pesquisas. A imprensa, porém, destacou sua proposta científica de um voo à Lua e criou uma controvérsia jornalística sobre a viabilidade de tal feito. O ridículo resultante consolidou em Goddard firmes convicções sobre a natureza da imprensa, que manteve pelo resto da vida.

As maiores contribuições de engenharia de Goddard foram realizadas durante seus trabalhos nas décadas de 1920 e 1930. Ele recebeu um total de US\$ 10.000 da Smithsonian até 1927 e, por meio dos esforços pessoais de Charles A. Lindbergh, obteve posteriormente apoio financeiro da Fundação Daniel e Florence Guggenheim. O progresso de seu trabalho, intitulado “Liquid Propellant Rocket Development” (“Desenvolvimento de Foguetes de Propelente Líquido”), foi publicado pela Smithsonian em 1936.

O trabalho de Goddard antecipou em grande parte, em detalhes técnicos, os posteriores mísseis alemães V-2 rocket, incluindo controle giroscópico, direção por meio de aletas no jato do motor do foguete, direção por articulação (gimbal), bombas de combustível acionadas por energia e outros dispositivos. Seu voo de foguete em 1929 transportou a primeira carga científica, um barômetro e uma câmera. Goddard desenvolveu e demonstrou a ideia básica da “bazuca” dois dias antes do Armistício de 1918, no Aberdeen Proving Ground, em Maryland. Sua plataforma de lançamento era um suporte de partitura musical.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Goddard novamente ofereceu seus serviços e foi designado pela Marinha dos Estados Unidos para desenvolver sistemas práticos de decolagem assistida por jato e motores de foguete de propelente líquido com empuxo variável. Em ambas as áreas, foi bem-sucedido.

Robert H. Goddard faleceu em 10 de agosto de 1945. Após sua morte, sua viúva, Esther Goddard, tornou-se defensora ativa de sua obra. Em 16 de setembro de 1959, o 86^o Congresso autorizou a emissão de uma medalha de ouro em homenagem ao professor Robert H. Goddard. Esther Goddard esteve presente na cerimônia formal de dedicação do Goddard Space Flight Center da NASA, em 16 de março de 1961 — exatamente 35 anos após o professor ter lançado o primeiro foguete movido a combustível líquido na fazenda de sua tia Effie.

Goddard foi o primeiro cientista que não apenas reconheceu o potencial dos mísseis e do voo espacial, mas também contribuiu diretamente para sua realização prática. Possuía um raro talento tanto para a ciência criativa quanto para a engenharia aplicada. O trabalho dedicado desse homem modesto permaneceu amplamente sem reconhecimento nos Estados Unidos até o alvorecer da Era Espacial. Altas honrarias e amplo reconhecimento, ainda que tardios, vieram enfim — e de forma plenamente merecida — ao nome de Robert H. Goddard.

Fonte: nasa.gov

DA FÉ À REPRESENTAÇÃO: PERSONAGENS BÍBLICOS DA SEMANA SANTA

Por Fernando de Castro Campos
Membro do IHGST

À sombra das árvores, a fotografia antiga, além de guardar rostos, conserva um costume e uma tradição que atravessaram gerações em São Tiago. Nela estão retratados os figurados da Semana Santa: homens, mulheres e crianças vestidos como personagens bíblicos, com semblantes sérios e mãos postas, como quem compreende a grandeza do papel que carrega.

Desde essa época, vestir-se de personagem sagrado estava longe de ser apenas encenação, era uma honra. A imagem revela isso: a menina que representa Nossa Senhora das Dores traz no olhar a responsabilidade e a delicadeza de quem encarna a Virgem Santíssima.

Em São Tiago, o papel de Nossa Senhora sempre foi o mais disputado entre as mulheres. Representando uma postura de respeito e exemplo nas celebrações, nas procissões, bem como durante os sermões, dentro da Matriz ou fora dela, junto aos demais figurados.

Entre os homens, a maior honra era representar os apóstolos. Pois é a representação de uma nobre caminhada com Jesus nas procissões. Desde antigamente, várias pessoas experimentaram esse testemunho de fé e envolvimento, marcados pela gratidão em se vestir para esse momento e viver toda a espiritualidade da Semana Santa.



O costume passa de pai para filho. O menino quando criança se vestia de soldadinho, com uma lança e uma pequena capa. Crescia vendo o pai ocupar um lugar de destaque na procissão. Aprendia, desde cedo, como um costume e tradição que para um dia também vestir, precisava honrar o nome da família, cultivar respeito e viver com dignidade. A tradição era, ao mesmo tempo, religiosa e moral.

A fotografia, marcada pela ação do tempo e pela deterioração do papel, é símbolo de uma fé encarnada na cultura do povo. Em cada figurado, vemos não apenas os personagens da Paixão de Cristo, mas também a história de uma comunidade que fez da Semana Santa um espelho de seus valores: fé, honra, herança e compromisso com a religião e com a família. Registrar esse momento era algo essencial para que permanecesse na memória pessoal e também na lembrança das gerações que ainda viriam a contemplar essa imagem.

Em nossa terra, vestir-se para a Semana Santa é tradição, vocação e também responsabilidade diante de Deus e da comunidade.

PE. NYLSON DOS REIS MENDES

Nascido em São Tiago, aos 22 de outubro de 1935, Pe. Nylson dos Reis Mendes foi o primeiro filho do casal José Augusto Mendes e Antônia Reis Mendes. Ordenado presbítero em sua terra natal, São Tiago, no dia 23 de dezembro de 1961, dedicou toda a sua vida ao serviço do Reino de Deus e do povo que lhe foi confiado.

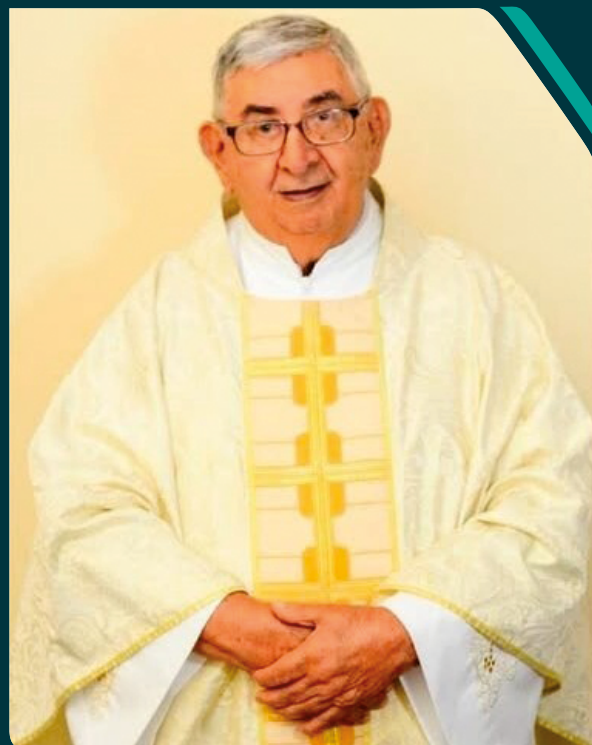
Exerceu com zelo e amor o ministério pastoral como pároco nas paróquias de Carmo da Mata, São João Batista (Morro do Ferro), Santo Antonio do Amparo e São Sebastião, em Oliveira, além de atender diversas outras comunidades ao longo de sua caminhada sacerdotal. Serviu também a Igreja particular como Vigário Geral e Administrador Diocesano.

Sua vida ministerial foi marcada pela caridade, bondade e atenção especial aos mais pobres, bem como por sua grande disponibilidade em servir. Sempre pronto a ajudar, foi um irmão generoso no presbitério e um pastor acessível ao povo, nunca se negando a atender e socorrer aqueles que dele precisavam.

Inspirado por seu lema de ordenação – “Tudo para todos” (1Cor 9,22) –, anunciava incansavelmente a esperança, recordando em suas pregações: “Se Deus é por nós, quem será contra nós?” (Rm 8,31) e “Nada poderá nos separar do amor de Deus” (Rm 8,38-39).

Faleceu em Oliveira, aos 11 de janeiro de 2026, deixando um testemunho luminoso de fé, serviço e amor à Igreja. Sepultado em São Tiago em 12/01/2026.

“SERVO FIEL, AGORA REPOUSA NO SENHOR.”



Nosso incrível dia a dia – a via crucis do brasileiro

Já se diz que o Brasil é o país da piada pronta. Dos abusos, da impunidade, do poder político, econômico e agora, ostensivamente judicial, que tudo podem. E como pioramos a cada dia principalmente com o péssimo exemplo de autoridades.

Algumas situações observadas/oriundas em roda de conversas: **Obstrução de rodovia estadual.** Recentemente, em um sábado, cavaleiros (cavalgada) bloquearam, totalmente, por horas (ao entardecer) a rodovia que liga São Tiago a Resende Costa, na altura do Pombal / Rio do Peixe.

Segundo consta, entre 600 ou mais cavaleiros, reunidos/convocados por rede social e de várias cidades da região, “fecharam” a estrada, bloqueando o trânsito de veículos.

Prejuízo e riscos para quem transportava mercadorias, idosos ou doentes com destino à cidade.

Impedidos de livre circulação provocando indignação e desespero.

Foram observados além do absurdo (fechamento de rodovia), espancamentos e maus tratos a animais, cavaleiros bê-



Imagem criada por IA

bados ou inconvenientes etc.

Contatos com autoridades não deram em nada, pois alegaram desconhecer a realização do evento que, segundo comentários fora convocado por um vereador da região.

Pessoas que tinham compromissos sociais e religiosos nas cidades próximas, com enfermos sendo deslocados, ali simplesmente bloqueados.

Em resumo: como se pode bloquear uma rodovia, lesando o direito de ir-e-vir do cidadão?!

Árvore na rodovia: Uma árvore de enorme porte, derrubada pela ventania, cai no leito de uma estrada municipal, obstruindo inteiramente a passagem, circulação viária totalmente impedida.

Feito contato com a prefeitura, nada providenciado.

O proprietário é forçado a contatar/contratar emergencialmente um serrador (motosserra), além de trator para desobstruir a estrada por onde circulam caminhões de leite, carvão, cereais, gado, etc.

Ficaram nas suas costas a reforma da cerca. Quanto ficou a brincadeira para o proprietário?!

Por sorte, a árvore caída era um “pombeiro”, pois se fosse árvore de lei, seria um Deus nos acuda!

Pequeno produtor rural: Pequeno produtor de leite comentava sua angústia. Com os míseros valores pagos pelo litro de leite, fechava a conta todo mês no vermelho.

Família por criar, gastos adicionais com educação, tinha ele outro pesadelo: plano de saúde com seus custos absurdos cobrados pela operadora.

Chegou a ponto de não dormir ante o dilema de não fechar a contabilidade mensal.

Resolveria o problema, desativando a atividade leiteira (alugando a propriedade) e simplesmente cancelando o plano de saúde.

O que mais fazer num país dominado pelo capitalismo selvagem?

DESPERANÇA

Cidadão que atua nas lides forenses, comentava sobre esdrúxulas situações que ocorrem no cotidiano dos tribunais e principalmente as mais incríveis decisões judiciais.

Instituições financeiras são vítimas de golpes audaciosos, meliantes travestidos de empresários e que acabam se saindo bem em seus dolos com a ajuda e o endosso do judiciário.

Ações, segundo o cidadão, contra órgãos públicos encontram os mais desarrazoados óbices dentro do corporativismo vigente.

ALGUNS EXEMPLOS:

1-Empresário rural, produtor de grãos, financia a construção de um silo para armazenagem da produção. Como garantias o próprio silo e maquinários agrícolas. Vencido o contrato o tomador não liquida o empréstimo. Neste interim vendera sua residência mudando-se para o silo. Máquinas dadas em garantia desapareceram.

Acionado, judicialmente, o pilantra alegou que o silo era sua nova residência, portanto pela legislação em vigor, impenhorável.

As máquinas, alegara que se tornaram obsoletas, mera sucata.

A justiça desconsiderou as alegações da Instituição Financeira quanto a fraude imputando-lhe (a instituição) as custas judiciais. Ou seja, além de não receber o empréstimo legitimamente concedido, o credor foi penalizado com os encar-

gos processuais.

Oh, bela legislação!

2-Funcionário público atuando em inúmeras instituições – IBGE, Correios, universidades com formação em direito, tinha pleno conhecimento dos meandros da administração pública, suas mazelas, burocracias. Aposentando-se, expert no assunto, passou a assessorar autarquias, associações de prefeituras em especial em tramitações de processos em instâncias superiores.

Dizia, com conhecimento de causa:

– Perda de tempo, senão muito difícil alguém ser bem-sucedido em ações que envolvam órgãos públicos e mesmo grandes e poderosas empresas.

O cidadão comum, afirmava ele, desconhece os mecanismos e subterrâneos que ligam os poderes da República – lobbies, conchavos, interesses escusos, malabarismos jurídicos, maracutaias.

Completava, pessimista:

– O cidadão para o Poder Público, só serve para sustentá-lo. É um objeto, tão somente.

A governança da política pública dizimada, a confiança institucional corroída e corrompida, externava, desconsolado nosso amigo, já falecido há algum tempo.

SICOOB CREDIVERTENTES – ASPECTOS HISTÓRICOS SINGULARES DE IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO

Qualquer empreendimento, por mais inovador ou audacioso, todos o sabemos, enfrenta inúmeras dificuldades. Desafios constantes, cenário clássico de incertezas, especialmente no Brasil onde burocracia, legislação opressiva, carga tributária brutal, gestão de pessoas, carência de infraestrutura, passividade de muitos, insegurança jurídica são realidades contumazes.

A ideia/propósito de se criar uma cooperativa de crédito (instituição, naqueles tempos, mais conhecidas como caixas rurais) entre nós, em meados da década de 1980, sofreria impressionantes, impensáveis, homéricas dificuldades. Pessoas da comunidade houve, quando contactadas para participar da iniciativa, que tiveram reações de espanto, quando não de indiferença, descrédito. “O quê? Criar uma caixa rural em São Tiago? Impossível!” Alguns, todavia, acreditaram – no nosso caso, 22 associados-fundadores, permitindo a sua criação em assembleia constitutiva em data de 27-08-1986, com o apoio classista-institucional da OCEMG-Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais e da então CASTIL-cooperativa Agropecuária São Tiago Ltda (cooperativa de produção).

As primeiras dificuldades foram de ordem administrativo-legal. Embora a legislação vigente (Lei 5674/71) fosse explícita quanto à autorização de funcionamento das cooperativas de crédito, o Banco Central (com prazo máximo de 60 dias para análise e manifestação) este não se posicionava, levando as cooperativas petionárias, após meses de infrutífera espera, a abrirem suas portas sem a chamada AF, induzindo arbitrariamente o Banco Central a autuá-las (tentativas de lacrá-las) como no caso de nossa cooperativa, o primeiro de muitos embates interpartes, dentre várias contendas, ao longo dos anos.

Abertas as portas, deparar-se-ia, todavia, com uma situação *sui generis*, quando não absurda. Dadas as restrições legais de então, uma cooperativa de crédito limitava-se, na prática, a receber depósitos em conta corrente e efetuar operações de crédito de limitado porte a seus associados. Os dirigentes da Instituição eram constrangidos a assinar promissórias em branco, com o endosso dos cônjuges, como títulos executivos. Muitas e tantas as cláusulas constitutivas, tornando a cooperativa, na prática, a um quichê de atendimento, um mero despachante. O decreto n. 22.239/32 impunha, a esse respeito, regras absurdas como:

- I- Área de atuação circunscrita ao território do município sede
- II- Indivisibilidade/distribuição dos lucros (resultados do exercício)
- III- Empréstimos tão somente destinados ao fomento rural, vedando-se aplicações no consumo
- IV- Segmentação do quadro social – os associados eram segregados (vínculo obrigatório) por profissão, empresa ou classe profissional. No caso de cooperativa de crédito rural, somente ruralistas (agricultores) poderiam se associar

Não se limitaram as autoridades monetárias a isso. Em 12-11-1962, em pleno regime parlamentarista, o Conselho de Ministros sobrestou as autorizações e registros de novas cooperativas de crédito e/ou seções de crédito de cooperativas de produção, um passo a mais para o definhamento/desmonte do cooperativismo no País. Em fins de 1961, segundo dados do Banco Central, existiam no Brasil 511 cooperativas de crédito com 547.854 associados. Em meados de 1980, eram apenas 140 cooperativas, sendo 11 delas no Rio Grande do Sul.

O regime militar (1964-1985) iria mais longe em sua política de refreamento às atividades do setor cooperativista de crédito, impedindo-as de captar recursos em depósitos a prazo (aplicações), desestimulando, assim, o associado a deixar seus recursos imobilizados, a custo zero, na cooperativa.

As taxas de juros praticadas no âmbito das cooperativas de crédito foram/eram igualmente controladas, “carimbadas” pelos burocratas, decerto a serviço de interesses escusos e impatriotas. Assim, 80% da carteira de crédito tinha que ser alocada obrigatoriamente no segmento rural à taxa máxima de 13% a/a e os restantes 20% emprestados, no máximo, a 24% a/a. O engessamento das taxas de juros, nesses moldes, inviabilizava a existência da instituição, porquanto a inflação, a título de exemplo, atingira em alguns exercícios índices muito superiores, senão altíssimos – 91,8% (1964), 22% (1968).

A resolução 4595/64 equiparou, por sua vez, as cooperativas de crédito de qualquer natureza às demais instituições financeiras, transferindo para o Banco Central as atribuições, até então consignadas ao Ministério da Agricultura, no tocante à autorização de funcionamento e fiscalização das citadas cooperativas de crédito e ainda das seções de crédito das cooperativas mistas. A citada resolução proibiu, ademais, a criação de cooperativas do modelo Luzatti (livre admissão), ratificado pela Resolução n. 15/66, decisão que só seria, de forma inovadora e sabiamente, reformada pela Resolução n. 2106/03, já sob outra ótica e diretriz do Banco Central. A mencionada Resolução n. 15/65 estabeleceu, ademais, que as cooperativas de crédito e as seções de crédito de cooperativas mistas podiam acolher somente depósitos de seus associados, vedando-se ainda distribuir as sobras apuradas entre os associados. A Resolução n. 15/65 determinou, outrossim, a extinção de todas as atividades creditícias exercidas por sucursais, filiais, departamentos, escritórios de qualquer natureza ou espécie, acaso mantidas por cooperativas de crédito. Imensos prejuízos para os associados e comunidades que ficaram desprovidos da atuação das cooperativas, mormente em localidades distantes da sede e onde, em muitas delas, inexistiam outras

instituições financeiras, sejam oficiais ou privadas. Somente em 1994, através da Resolução n. 2099, o BACEN voltaria a permitir a abertura de filiais e unidades de atendimento extra-sede por parte das cooperativas de crédito. A essa altura, diga-se de passagem, nossa cooperativa contava com alguns PAs pioneiros em cidades da região, o primeiro deles aberto em 1991, em Mercês de Água Limpa.

Para a compensação de cheques, as cooperativas contaram, a partir de 1951, com o apoio do BNCC-Banco Nacional de Crédito Cooperativo, vinculado ao Ministério de Agricultura, até sua abrupta liquidação pelo Governo Collor (1990). No caso das cooperativas de crédito mineiras, estas, com a derrocada do BNCC, firmaram convênios emergenciais de compensação de documentos com a MinasCaixa (liquidada em 1991) e Banco do Brasil S/A, este até 1998, ano em que foi criado o Banco Cooperativo do Brasil-BANCOOB (hoje Banco SICOOB) com sede em Brasília, de propriedade do sistema cooperativo brasileiro, criação que, pode-se afirmar, configurou a carta áurea de nosso sistema, dando-nos autonomia, fortalecimento e sustentação em todos os níveis. Registre-se que somente com a Resolução n. 2193/05 é que o Conselho Monetário Nacional autorizou a criação de bancos comerciais do próprio sistema, controlados pelas cooperativas, daí surgindo o BANSICREDI S/A e BANCO SICOOB S/A.

Normas regulamentares-contábeis do período (em parte pela interpretação equivocada ou falseada do & 3º, art. 24 da Lei 5764/71 que vedava às cooperativas a distribuição de qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital em favor de quaisquer associados, bem como resolução CNC n. 18, de 13-12-78) impediam, por outro lado, a correção monetária do capital social (quotas-partes subscritas e integralizadas pelo associado), por maior que fosse a inflação, defasando e estiolando, dessa forma, o capital do associado e o patrimônio líquido da Cooperativa. Tal postura seria mantida, a posteriori, pela legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, pois consoante o art. 4, & único da Lei 9249/95, era “vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários”.

Com o capital volatizado pela inflação, ao longo de anos, associados – que subscreveram/integralizaram a quota-parte – eram convocados a recompor/atualizar seu capital junto à instituição, por determinação das próprias autoridades monetárias, gerando perplexidade, quando não indignação, ações judiciais! E o descrédito e definhamento da Cooperativa...

Embora exânime, massacrado pela legislação tirânica, o cooperativismo de crédito ressurgiria, qual Fênix renascida, a partir da década de 1980, graças aos esforços de lideranças cooperativistas nacionais, dentre elas o gaúcho Mario Kruehl Guimarães, o paulista Roberto Rodrigues, os mineiros Dilson Dutra e Evaristo Antonio de Paula que, após ingentes esforços, reativaram o movimento, a partir do centro-sul do País, daí estendendo-se, ao longo das décadas, por todo o território pátrio. A Constituição Federal 1988, em seu artigo 192, descortinaria, por sua vez, promissores cenários para o movimento, incluindo o cooperativismo de crédito no sistema financeiro nacional, o que viria a ser reconhecido/institucionalizado pela LC 130/09 e LC 196/22.

QUESTIONANDO O AUTORITARISMO E OBSOLESCENCIA ESTATAL – Ante o quadro estapafúrdico, desértico oferecido pelo establishment estatal, as soluções – para a instituição cooperativa – seriam: a) questionar, discordar, enfrentando processos e atuações (como ocorreria com a nossa Cooperativa); b) aceitar bovinamente a situação e assim estagnar; c) ou então fechar, de vez, as portas! Optou-se pela tentativa de superação dos empecilhos legais, de atenção prática às demandas dos associados e comunidades (muitas delas sem nenhuma forma de atendimento bancário por parte de instituições financeiras comerciais ou oficiais em várias dessas localidades) o que levaria a repressões – advertências, processos, penalidades... Seriam, pois, várias frentes, no âmbito legal-operacional – uma luta tenaz, de Davi contra Goliath, pela expansão das atividades da incipiente instituição, tudo no intuito de prover necessidades creditícias e de prestação de serviços ao quadro social (o direito de aplicar - depósitos a prazo), de remuneração do capital social, de atendimento em espaços de domicílio do associado (outras cidades), mesmo o atendimento ao não-associável em comunidades onde inexistia outra instituição financeira de qualquer porte.

Outra frente, aparentemente inimaginável, foi o escárnio, enfrentamento ao preconceito, às limitações de pessoas e do meio, a adversários gratuitos do progresso. Inúmeras situações em si grotescas, impensáveis, permeariam a história da cooperativa. Pequena em seu início, desacreditada por muitos, valorizada, todavia, por outros, denominada depreciativamente “banquinho”, “tamborete”. Alguns exemplos:

Sr. Pedro Cunha, o primeiro gerente da Cooperativa, contava que, por vezes, estando as portas da agência ainda cerradas ao público, ouvia, alguém perguntar do lado de fora: - E o tamborete, será que vai abrir hoje?

Associados ou usuários da Cooperativa, acaso deslocassem até a agência de outro estabelecimento bancário, situada na “parte de cima” da praça, ouviam ali de certa funcionária (caixa), manifestações de menoscabo, desprezo:

- Você está vindo do boteco aí de baixo? Ocê tá com cheirinho...Deveria ter tomado banho para entrar aqui...

Ou ainda: - Como tá o copo sujo aí de baixo? Precisamos dar uma faxinada naquilo, não?! Chamar a vigilância sanitária, o que você acha?!

(Há várias outras situações ou fatos análogos, em si deploráveis e inimagináveis...)



A FALTA QUE O BATMAN FAZ

Por Fabio Antônio Caputo

Quando se fala de Batman, o Homem Morcego, o Cavaleiro das Trevas, é bom ter a consciência de que ele não é um produto para consumo infantil ou juvenil. Essa fase de inocência, se algum dia houve, já foi há muito tempo. Convém também saber que ele não é um super-herói (não tem superpoderes) e mais do que um herói ele é um personagem. Um personagem com uma incrível trajetória de quase nove décadas sendo relevante e conhecido. Outros personagens mais famosos que ele por certo tempo praticamente desapareceram: Fantasma (o espírito que anda), Mandrake (o mágico), Tarzan (dos macacos), Pato Donald e Mickey, Flash Gordon. Batman persistiu, com bons e maus momentos, sendo sua existência mais reconhecida que a de muitos mortais importantes.

Batman nasceu em maio de 1939, filho de Bill Finger, escritor, e Bob Kane, desenhista. Sua certidão de nascimento foi a Revista Detective Comics no 27. Ele é humano, sente dor, sangra e pode perder e morrer: se vale de sua força e musculatura treinadas a exaustão, de uma inteligência científica e investigativa aguçada, veste-se com uma carnavalesca roupa estilizada de morcego e tem um rígido código de ética que o impede de matar e usar arma de fogo. Aliás, com um simpático viés cínico, Bruce Wayne, seu alter ego, seu outro eu, diz que o único poder que possui é ser milionário.

A pergunta título é: o Batman faz falta em nosso mundo? Se o indagado não for da confraria entende-se facilmente que considere esse assunto é um não assunto, algo em que não vale a pena consumir tempo, análise e considerações. Entretanto, se abrir para esse questionamento pode trazer surpresas bem interessantes.

Um menino abre uma revista antiga e em um quadrinho o Batman diz que "lei é uma coisa e justiça é outra". Argumento batido e clichê, mas verdadeiro, e que para aquele garoto naquele instante foi inédito e um ensinamento revelador. Se fosse dito por algum figurão real de caráter duvidoso do mundo jurídico ou de segurança pública não haveria o mesmo efeito.

Pesquisadores italianos realizaram um experimento social de comportamento humano chamado de Efeito Batman (Batman Effect) no metrô de Milão. Uma mulher disfarçada de grávida entrava em um vagão cheio, sem cadeiras vazias. Duas possibilidades foram testadas: na primeira o vagão era normal e nada foi preparado e na segunda alguém fantasiado de Batman entrava por outra porta. Com a presença do Morcego o número de pessoas que foram gentis, altruístas, bondosas até, cedendo seu assento, foi o dobro do outro caso, sem a representação do herói.

Existe um forte argumento contra: não precisamos do Batman por que não sofremos com vilões poderosos como aqueles que ele enfrenta! Pode ser! Considerem um vilão como o Duas-Caras, um ex-promotor que teve metade do rosto queimado por ácido e se transformou em bandido. Em nossa realidade existem pessoas de importância pública que se apresentam frente a câmeras, microfones e holofotes com aparente honestidade e decência cívica e no modo escondido roubam, chantageiam e corrompem. O Duas-Caras

também vive aqui. Agora o Coringa: um palhaço fora da lei. Psicótico, extremamente violento e louco, que comete seus crimes gargalhando. Existem homens que deturpam a verdade com risos falsos, piadas e argumentos bem humorados enquanto causa alegremente o mal em proveito próprio. O Coringa também vive aqui. Com algum esforço poderiam ser encontradas analogias para o Pinguim, para a Hera Venenosa e para o Charada. Para Mulher Gato, não. A Mulher Gato é especial e possui sua própria redenção.

Imaginar o Batman fisicamente em nosso mundo real, longe de Gotham City com sua arquitetura gótica e suas estátuas de gárgulas, é puro nonsense. Visualize o Morcego dependurado na torre da Igreja Matriz de São Tiago, depois da meia noite. Ele pega uma de suas famosas cordas com gancho, lança no telhado da Escola Estadual Afonso Pena Jr., desce deslizando e monta uma vigília para evitar que terroristas contaminem com veneno toda a produção de biscoitos da cidade para implantar o caos. Uma coisa não cabe na outra. Caricato e risível, sim; engraçado, é possível, mas antes da alvorada é garantido que ele conseguirá salvar a cidade.

Próximo do final não existe conclusão. Dúvidas estão empilhadas. Talvez não precisemos do vigilante mascarado e violento agindo ao largo da lei; talvez não precisemos de seus golpes de artes marciais avassaladores e nem de toda parafernália técnica de seu cinto de utilidades. Talvez o que realmente seria necessário é o seu senso de correção, puro e simples. Uma certeza de que lá fora existe um acolhedor e incondicional tipo de justiça a favor daqueles que não são poderosos. Não há como escapar de tanto talvez, mas pode-se dizer que o Batman, apesar de sombrio, é uma reedição do Mito do Cavaleiro Branco, um guerreiro nobre e corajoso lutando contra o mal e protegendo a humanidade. Esse arquétipo é encontrado em muitas mitologias e teologias, desde o apocalipse bíblico, passando por uma diversidade de cavaleiros andantes até Sir Galahad das crônicas do Rei Arthur e outras variantes da cultura popular.

Quadrinhos é uma arte não clássica, de menor expressão. Não há dificuldade em aceitar esse fato. Batman é um precioso exemplo de arte coletiva desenvolvida por décadas por um contingente de escritores, roteiristas, desenhistas, diretores e animadores que criaram uma biografia fictícia que se estica e se encolhe, dobra por cima de si mesma modificando passados e futuros, revivendo a mesma história ou inventando existências alternativas. Assim, é possível ficar a vontade para criar mais uma página a respeito. O Morcego conclui mais uma missão destruindo uma gangue de narcotraficantes e está voltando para casa dirigindo o Batmóvel ferozmente pelas estradas. Sai da pista saltando um riacho e entra em um túnel camuflado que leva até a Caverna do Morcego. Salões amplos e altos escavados na rocha, muita tecnologia distribuída, morcegos voando, prateleiras de relíquias e souvenirs de casos passados, uniformes novos e antigos expostos. Seu mordomo, Alfred Pennyworth está fora, em viagem à Inglaterra para tratar de assuntos pessoais. Dick Grayson, o futuro Robin, ainda não foi adotado. Ele se sente cansado vivendo a solidão do herói solitário, e um pensamento chega ao tom de sua voz rouca e grave balbuciando alguma coisa sobre a falta que nós fazemos a ele.

AO PÉ DA FOGUEIRA



O COLECIONADOR DE ARMAS ANTIGAS

Ali, em sua rústica oficina – tenda, assim a denominava, pomposo brilho a brotar-lhe dos olhos – o anoso lavrador buscava, com o toque dos dedos trêmulos, encarquilhados, sentir em cada peça, pacientemente recuperada, o peso do passado, suas cicatrizes, instigantes raízes, intrigantes origens. Sim, era ele um excêntrico colecionador e restaurador de armas antigas, algumas – assim apregoava com voz compulsiva – de incalculável valor histórico e que, à vista comum, seriam reles sucatas, inexpressivas velharias. Garruchas do século XIX, rifles winchester, sabres, espingarda de pederneira, adagas contavam dentre seus troféus, reliquias incomuns por ele garimpadas, ao longo dos anos, junto a familiares, a antiquários, ferros-velhos e lixeiras de quartéis. Passara também a ler e estudar a história de cada peça, tornando-se um expert em armamentos antigos, em especial do Brasil Colônia e Império, períodos históricos que muito o atraíam.

Quantos mistérios, quicá tragédias, não se esconderiam por detrás de cada objeto, testemunhas de um passado violento, belicoso, com seus segredos, dramas, perturbações. No silêncio de seu ateliê, passava horas na limpeza dos artefatos e apetrechos, meticuloso manuseio, como que apalpando o tempo, buscando descobrir algum monograma, uma camuflada gravura, registro de data, que identificassem, com mais precisão, a época, o proprietário, o cenário, desvendar, em suma, os mistérios que envolviam tão preciosos equipamentos.

Como era uma atividade particular, gerara-se um conflito entre sua obsessão de colecionador e as prescrições

legais sobre porte e armazenagem de armas, daí quando algum carro estranho dobrava a curva da estrada, ei-lo, pressuroso, temendo ser alguma autoridade, a esconder o seu valioso arsenal. Mantinha, para tal, um escaninho camuflado à maneira de parede falsa, onde, ao menor rumor estranho, à simples ameaça externa, escondia celereamente seu tesouro bélico.

A paixão psicótica por armas antigas acabaria por tragá-lo, levando-o a viver em um multiuniverso, entre a realidade cotidiana e dimensões atemporais, entre o concreto e a fantasia. Perdia, durante prolongados momentos, contato com a vida real, os pensamentos, percepções e reações desordenados. Passara a delirar, surtar, vendo-se em meio a combates ferozes, envergando uniformes ora garbosos, ora estúrdios, cenários agrestes e sangrentos, dizendo ter combatido na guerra do Paraguai ou em tempos ainda mais recuados em batalhas contra espanhóis no sul do País, embates contra piratas franceses que infestavam nosso litoral.

Familiares apreensivos, percebendo a instalação ou agravamento da paranóia, levaram-no, por vezes, ao médico, passando a ser tratado clinicamente, sem muito progresso, culminando em internações. Como dar fim à armaria, de suma importância sentimental e histórica, ali provisionada, há décadas, pelo excêntrico morador, agora mentalmente inválido? Numa dessas circunstâncias clínicas, os familiares transtornados e sem saber como agir, com a ajuda de um parente oficial das Forças Armadas, recolhem as armas, que, devidamente catalogadas, são doadas a um museu militar.

Realização:



Apoio:

